



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

FINO VESSAM MENDES

**A POLÍTICA EXTERNA DA GUINÉ-BISSAU E
A SUA RELAÇÃO COM O BANCO MUNDIAL**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

FINO VESSAM MENDES

**A POLÍTICA EXTERNA DA GUINÉ-BISSAU E
A SUA RELAÇÃO COM O BANCO MUNDIAL**

Monografia para obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais, na Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB -
Campus de Malês.

Orientador: Prof. Dr. Magno Klein Silva.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

M491p

Mendes, Fino Vessam.

A política externa da Guiné-Bissau e a sua relação com o Banco Mundial / Fino Vessam
Mendes. - 2023.
67 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de
Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Magno Klein Silva.

1. Banco Mundial. 2. Educação - Guiné-Bissau. 3. Guiné-Bissau - Relações exteriores.
I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 327.96657

FINO VESSAM MENDES

**A POLÍTICA EXTERNA DA GUINÉ-BISSAU E
A SUA RELAÇÃO COM O BANCO MUNDIAL**

Monografia para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus de Malês.

Aprovado em: 31/01/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Magno Klein Silva (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Dr.^a Cinthia Regina Campos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ramón Blanco de Freitas

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

RESUMO

O Banco Mundial é uma instituição financeira que ajuda os países em desenvolvimento no processo de desenvolvimento. O trabalho buscou compreender a atuação do Banco Mundial junto dos seus membros. A atuação do Banco ao longo dos tempos levantou várias críticas que fizeram com que a instituição adota outras formas de lidar com os mutuários. A instituição exerce uma certa influência nas políticas educacionais do país, por esse motivo, ela recomenda o modelo de ensino a ser seguido pela a Guiné-Bissau. A Guiné-Bissau recebe do Banco Mundial apoio no setor educativo através dos financiamentos de projetos direcionados para o melhoramento da qualidade do ensino e de formação dos docentes. O objetivo é mapear a agenda do Banco Mundial para as políticas educacionais para a Guiné-Bissau. O estudo reflete um recorte temporal de 44 anos, entre o período de 1974-2016. Além disso, a pesquisa reflete o passado histórico da educação na Guiné-Bissau no período pré-colonial e durante colonização. A pesquisa tem como base metodológico o “método qualitativo”, foi feita uma abordagem a partir da uma revisão sistemática.

Palavras-chave: Banco Mundial; educação - Guiné-Bissau; Guiné-Bissau - relações exteriores.

ABSTRACT

The World Bank is a financial institution that helps developing countries in the development process. The work sought to understand the performance of the World Bank with its members. The Bank's performance over time has raised several criticisms that have led the institution to adopt other ways of dealing with borrowers. The institution exerts a certain influence on the country's educational policies, for this reason, it recommends the teaching model to be followed by Guinea-Bissau. Guinea-Bissau receives support from the World Bank in the education sector through the financing of projects aimed at improving the quality of teaching and teacher training. The objective is to map the World Bank's agenda for educational policies for Guinea-Bissau. The study reflects a time frame of 44 years, between the period 1974-2016. In addition, the research reflects the historical background of education in Guinea-Bissau in the pre-colonial period and during colonization. The research is methodologically based on the "qualitative method", an approach was taken from a systematic review.

Keywords: Guinea-Bissau - foreign relations; education - Guinea-Bissau; World Bank.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AID** – Associação Internacional de Desenvolvimento
- ANP** – Assembleia Nacional Popular
- AMGI** – Agência Multilateral de Garantias de Investimentos
- BM** – Banco Mundial
- BIRD** – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
- BRICS** – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- CEDEAO** – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
- CPLP** – Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
- CFI** – Corporação Financeira Internacional
- CICDI** – Centro Internacional para Conciliação de Divergências em Investimentos
- DW** – Deutsche Welle
- EU** – União Europeia
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- IBM** – Instituto do Banco Mundial
- NBD** – Novo Banco de Desenvolvimento
- OMC** – Organização Mundial de Comércio
- ONGs** – Organizações Não Governamentais
- ONU** – Organizações das Nações Unidas
- PAIGC** – Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde
- PALOP** – Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa
- PEI** – Política Externa Independente
- RFI** – Rádio Internacional France
- UA** – União Africana
- UEMOA** – União Econômica e Monetária da África Ocidental
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
- UNILAB** – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro–Brasileira
- UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	BANCO MUNDIAL E A SUA POLÍTICA DE ATUAÇÃO COM OS MUTUÁRIOS	12
2.1	BANCO MUNDIAL E A SUA ORIGEM	12
2.2	INSTITUIÇÕES QUE COMPOEM O GRUPO DO BANCO MUNDIAL	12
2.2.1	Banco Internacional Para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD)	15
2.2.2	Associação Internacional de Desenvolvimento (AID)	15
2.2.3	Corporação Financeira Internacional (CFI)	15
2.2.4	Centro Internacional Para Conciliação de Divergências em Investimentos (CICDI)	15
2.2.5	Agência Multilateral de Garantias de Investimentos (AMGI)	16
2.2.6	Instituto do Banco Mundial (IBM)	16
2.2.7	Painel de inspeção	16
2.3	FORMA DE ATUAÇÃO DO BANCO MUNDIAL JUNTO AOS PAÍSES MEMBROS	17
2.4	PAÍSES COM MAIOR PODER DE DECISÃO NO BANCO MUNDIAL	19
2.5	LEITURAS CRÍTICAS DA ATUAÇÃO DO BANCO MUNDIAL	23
2.6	O BANCO MUDOU?	27
2.7	NEOLIBERALISMO	28
3	CAPÍTULO II: FORMAÇÃO DO ESTADO DA GUINÉ-BISSAU	30
3.1	ORIGEM DE ESTADO	30
3.2	CONCEITO DO ESTADO	33
3.3	FORMAÇÃO DO ESTADO GUINEENSE	34
3.4	ETAPAS DA FORMAÇÃO DO ESTADO GUINEENSE	37
4	CAPÍTULO III: GUINÉ-BISSAU E O BANCO MUNDIAL	43
4.1	POLÍTICA EXTERNA	43
4.2	POLÍTICA EXTERNA DA GUINÉ-BISSAU	44
4.3	RELAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU E O BANCO MUNDIAL	51
4.3.1	Presença do Banco Mundial na Guiné-Bissau	51
4.3.2	Impactos da Presença do Banco Mundial na Guiné-Bissau	59
5	CONCLUSÃO	61
	REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau é um dos países mais pobres do mundo com uma economia de baixo nível agravada pela fragilidade das suas instituições, os seus governantes tentando estabelecer relações diplomáticas com vários parceiros bi e multilaterais ao longo dos tempos para enfrentar esses desafios. É por isso que nesta pesquisa analisaremos a relação do país com parceiros internacionais, em especial o Banco Mundial (BM). O objetivo desta pesquisa é mapear a agenda do Banco Mundial para as políticas educacionais para a Guiné-Bissau.

O BM é uma instituição financeira internacional criada 1944 junto com o Fundo Monetária Internacional (FMI) em Washington-EUA. Ela é um ator político financeiro para o desenvolvimento financiando os países membros através de créditos de curto e longo prazo e auxiliando-os na contra a pobreza e recuperação das suas economias. Os financiamentos do BM, de acordo com Pereira (2020), costumam ser acompanhados de condicionalidades políticas e econômicas e muitas vezes o comprimento dos projetos financiados com os recursos da instituição são monitorados pelo próprio Banco.

Entretanto, entre os condicionantes ou medidas impostas pelo o Banco Mundial está o princípio de Boa Governança. Boa Governança é uma pré-condição estabelecida pela a instituição como forma de incentivar o desenvolvimento nos países em desenvolvimento principalmente africanos.

O Banco Mundial faz parte de um conjunto de organizações do processo da política de desenvolvimento. O Banco proporciona diversos serviços aos membros, mas para ter acesso aos recursos os países precisam se adequar às instruções estabelecidas pela própria instituição. A política desenvolvida pelo Banco Mundial fomenta várias críticas, incluindo de outros organismos multilaterais, como os BRICS, e de pesquisadores.

A pergunta que se coloca é: o Banco mudou? pode se dizer que o Banco Mundial desde que começou a receber crítica sobre a forma de atuação correlação aos seus clientes, principalmente os países em desenvolvimento, vem melhorando a sua política de atuação. A origem dos Estados-nação não foi uniforme, ou seja, os estudos sobre a origem do estado apresentam diferentes perspectivas, como podemos observar na perspectiva de Rousseau (1996) de que o Estado surge por meio de um “contrato social” firmado entre os indivíduos. Outros autores apontaram que o Estado se deu a partir do tratado de Westfália.

O Estado¹ é uma entidade com poder soberano para governar um povo dentro de uma determinada área territorial delimitada – Weber identifica o Estado como o monopólio do uso legítimo da força.

O processo da formação dos Estados nacionais em diferentes partes do mundo não deu se da mesma forma. Existem Estados que foram constituídos por meios pacíficos e outros através da luta armada, como o caso da Guiné-Bissau. O processo da formação do Estado guineense também foi atribuído a diferentes períodos. De acordo com alguns autores, como Carvalho (2016), apontam que a criação do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) deu início à formação do Estado. Por outro lado, Sucuma (2017) a Guiné-Bissau é um estado soberano a partir do reconhecimento do ex-colonizador em 1974.

A construção do estado guineense ao longo dos tempos teve vários parceiros, países e organizações multilaterais, que apoiaram a formação de um Estado Nacional independente em termos políticos e socioeconômico. A Guiné-Bissau, ao longo da sua trajetória como Estado independente, passou por vários períodos de instabilidades políticas com golpes de estado e fragilização das instituições nacionais.

A diplomacia guineense conforme Carvalho (2014) teve início no período da colonização, quando as autoridades da antiga colônia portuguesa estabeleceram contatos com outros países e organizações com intuito de conquistar a opinião pública internacional e ao mesmo tempo garantir materiais para enfrentar governo colonial. Além da introdução e conclusão, essa pesquisa está dividida em três capítulos.

O primeiro aborda o processo da criação do BM e sua trajetória como ator político. De uma forma geral, o capítulo traz análise sobre as políticas de atuação do Banco correlação aos seus clientes, medidas de acesso aos recursos da instituição. Por outro lado, foram desenvolvidas algumas críticas sobre a atuação, também alguns pontos da mudança do Banco.

O segundo traz uma abordagem sobre o processo de formação do Estado, sua origem e conceito. Também tratou da formação do Estado da Guiné-Bissau resgatando um pouco da sua história. Foram destacados alguns períodos no processo da formação do Estado guineense.

o terceiro analisa a relação entre Guiné-Bissau e Banco Mundial, abordando a questão da política externa e alguns pontos sobre relações bi e multilaterais do estado guineense. O capítulo destaca também a contribuição de algumas entidades no processo de desenvolvimento do país em diferentes setores principalmente no setor educativa.

¹ Disponível em: <https://www.significados.com.br/estado/> acesso em 06 de janeiro de 2023.

Esta pesquisa mobiliza os entendimentos estabelecidos pela doutrina neoliberal. A ideia do neoliberalismo segundo Mariani (2007) começou se disseminar devido ao anticomunismo do final de década 70, motivado pela Segunda Guerra Fria que surgiu com a invasão da União Soviética no Afeganistão e com as eleições de candidatos conservadores na Europa e nos Estados Unidos. Com eleição de Margareth Thatcher na Inglaterra, em 1979, o país foi o primeiro do centro capitalista no processo de idealizar a prática da ideologia neoliberal. Naquele período, os governantes europeus enfrentavam uma certa adversidade na efetivação da prática neoliberal, devido a obstáculo das organizações e movimentos sociais que buscavam preservar os seus direitos. Os Estados Unidos começaram a prática neoliberal com a eleição de Ronald Reagan para presidente (Mariani, 2007, p. 2).

Mariani (2007) neoliberalismo no plano educativo apresenta uma premissa central do mercado como instrumento de regulação e que vai levar qualidade às escolas. Por esta razão, o neoliberalismo entende que o Estado deveria criar a cada família condições que lhe possibilitasse acessar o mercado livre e serviço educativo. Destacando que muitas empresas privadas apoiam escolas públicas (por exemplo, escolas onde os funcionários das empresas estudam).

No que tange ao procedimento teórico, mobilizado alguns conceitos para o desenvolvimento da pesquisa Trata-se de conceitos como Estado, Boa Governança, Educação entre outros que foram acionados para desenvolver o trabalho.

Em termos metodológicos, a pesquisa foi desenvolvida por meio do método qualitativo. Os métodos qualitativos conforme Pereira, (2018) são aqueles nos quais é importante a interpretação por parte do pesquisador com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo. Se compreende também que os métodos qualitativos são usados para observar um determinado problema levantado pelo pesquisador. Foi feita uma abordagem a partir da análise sistemática. Nesse procedimento, foram revisados vários artigos, dissertações e teses. Dos textos revisados, a maior parte foi de publicações de diferentes universidades com destaque para as universidades brasileiras. Os textos utilizados foram na sua maioria publicados em língua portuguesa. Maioria dos textos foram publicados em 2016, cerca de seis publicações. Também foram visitados alguns sites principalmente das organizações internacionais e regionais como: Banco Mundial, Unesco, CEDEAO. Utilizamos fontes primários do Banco Mundial e da Guiné-Bissau como relatórios oficiais que debruçaram sobre o assunto em destaque. No que se refere às fontes secundários foram analisados textos provenientes de outras fontes que trataram do tema pesquisado.

2 BANCO MUNDIAL E A SUA POLÍTICA DE ATUAÇÃO COM OS MUTUÁRIOS

2.1 BANCO MUNDIAL E A SUA ORIGEM

Este capítulo se desdobra sobre o Banco Mundial (BM), a sua origem, seus objetivos, forma de funcionamento. Em geral, vai tratar-se da sua trajetória a sua forma de atuação com relação aos seus membros nomeadamente os países em desenvolvimento.

O Banco Mundial² é uma instituição financeira internacional. O propósito era a reconstrução dos Estados, nomeadamente, os países europeus devastados pela Segunda Guerra Mundial. O estrago causado pela Guerra deixou o mundo tão preocupado e o objetivo era criar uma instituição que acompanhasse a recomposição das economias dos países que foram vítimas do conflito. A reconfiguração das economias impactadas pela Guerra, resultou na construção de uma entidade financeira internacional que hoje designamos por Banco Mundial. Mas com o passar dos tempos, o Banco veio a mudar os seus objetivos para a promoção do desenvolvimento dos países da América Latina, da África e da Ásia.

A criação do Banco Mundial começou antes do final da Segunda Guerra Mundial. O governo dos Estados Unidos em 1941, iniciou o projeto de construção de uma nova economia internacional para acompanhar a paz. A ideia era a formulação de uma estratégia que pudesse garantir a livre movimentação de produtos comerciais do país, permitindo assim a entrada do seu capital para o mercado estrangeiro e ao mesmo tempo intensificando o acesso às matérias-primas necessárias para erguer o seu potencial econômico e militar. O Banco Mundial foi criado em 1944, através de uma Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas que teve lugar na cidade de Bretton Woods-Washington marcada por grandes potências. Neste encontro, marcaram presença 45 delegações, convocados pelo então presidente dos Estados Unidos Franklin Roosevelt.

O Banco Mundial antes de atual presidente David Malpass, já viu passar vários dos seus presidentes e um deles foi o Robert McNamara. Neste capítulo, a nossa intenção não era fazer uma análise a respeito dos presidentes do Banco Mundial, mas sentimos a necessidade de trazer algumas considerações sobre ele. McNamara foi um dos presidentes que deixou um legado na história do Banco Mundial. Ele conseguiu fazer algumas alterações sobre aquilo que era o propósito do desenvolvimento desta instituição. A chegada dele mexeu com as políticas delineadas pelo Banco Mundial.

² Disponível em: <https://www.preparaenem.com/geografia/banco-mundial.htm> acesso em 13 de janeiro de 2022.

Conforme Pereira (2010), antes de ocupar a presidência do Banco Mundial, McNamara foi estudante e professor na Harvard Business School, dirigiu a Ford Motor Company, fez parte do conselho consultivo da Fundação Ford. Foi como Secretário de Defesa dos Estados Unidos nos governos de Kennedy e do Johnson. Com a sua chegada, o Banco se inclinou mais para a área política que econômica dos Estados Unidos (antes dele o Banco Mundial atuava mais nos assuntos econômicos) (Pereira, 2010, p. 260).

A sua administração foi determinada pela ligação entre a questão da segurança e do desenvolvimento. De acordo com Pereira (2010) a experiência militar dos Estados Unidos no Vietnã suscitou nele que a “segurança dos Estados Unidos não se deveu apenas a capacidade bélica, mas também por uma preservação da ordem política” e isso, passa por meio de um crescimento econômico, aprimoramento das medidas sociais básicas e a diminuição da desigualdade socioeconômica. McNamara havia dito que tanto “a pobreza e a injustiça social quanto a ameaça militar poderiam colocar o país numa situação de insegurança”. Para ele, uma sociedade caracterizada pela desigualdade profunda, permitiria a penetração da pobreza e a instabilidade (Pereira, 2010, p. 261).

A experiência adquirida no departamento de Defesa dos Estados Unidos ajudou McNamara a compreender melhor de realidade da fraqueza do país. E, isso o permitiu construir uma estratégia que pudesse salvaguardar tanto a política de defesa quanto a de desenvolvimento do país.

A gestão de McNamara segundo Pereira (2010) teve um impacto muito importante na vida política do Banco Mundial. A contratação do Hollis Chenery para o cargo de economista-chefe foi fundamental para criação de dados e conceitos mais amplos na política e programas econômicos do Banco, auxiliando a ampliação das atividades financeiras. Nos primeiros momentos da administração do McNamara, o Banco tinha inúmeros instrumentos de preferências para fazer face a pobreza. Sendo que “o planejamento familiar, nutrição, educação, saúde, urbanização de favelas e os demais” foram fatores que faziam parte na agenda. Mas, teoricamente a questão da pobreza era um fator figurante, ou seja, se falava tanto da pobreza e nunca foi colocada em prática. Vale a pena salientar que o próprio conceito de pobreza não constava na agenda do Banco antes da gestão de McNamara. Os assuntos em questão eram demandas sociais. Para tanto, vale a pena elogiar o trabalho feito por McNamara porque se a questão da pobreza continuasse da forma que era, o mundo passaria por aquilo que ele disse no seu discurso:

Quando os privilegiados são poucos e os desesperadamente pobres são muitos, e quando a brecha entre ambos os grupos se aprofunda em vez de diminuir, é apenas uma questão de tempo até que seja preciso escolher entre os custos políticos de uma reforma e os riscos políticos de uma rebelião. Por este motivo, a aplicação de políticas especificamente encaminhadas para reduzir a miséria dos quarenta por cento mais pobres da população dos países em desenvolvimento é aconselhável não somente como questão de princípio, mas também de prudência (McNamara *apud* Pereira, p. 266).

Os programas de ajuste estrutural das instituições financeiras internacionais, principalmente no Banco Mundial, tiveram início com o presidente Robert McNamara com a crise do petróleo no final da década 70. Nesse período, houve uma ruptura nos projetos sociais, nomeadamente a questão da pobreza se viu sair no centro de debate. Com isso, o Banco virou as suas baterias para a questões dos empréstimos. Logo, em 1979, McNamara apresentou uma nova forma de financiamento, isto é, o empréstimo de ajustamento estrutural. Nessa situação, os recursos eram destinados para as questões políticas e não mais para os projetos - Ademais, a aprovação dos recursos era determinada por responsáveis dos empréstimos através de programa de estabilização já acordado com a instituição gêmea FMI e que perpassa por um conjunto de reforma na política macroeconômica. A instituição buscou no ajustamento estrutural o novo mecanismo para adequar os países endividados às novas condições do mercado internacional e acompanhar a nova forma de divisão do trabalho entre o Estado e mercado (Pereira, 2010, p. 271).

2.2 INSTITUIÇÕES QUE COMPOEM O GRUPO DO BANCO MUNDIAL

O Banco Mundial é composto de diversas organizações que auxiliam o seu processo de atuação junto aos países membros. Conforme Pereira (2009), Grupo Banco Mundial é composto por sete organizações de diversos mandatos, gravitação política, estruturas administrativas e instâncias de decisão. Eis o conjunto desse grupo: Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), Cooperação Financeira Internacional (CFI), Centro Internacional para Conciliação de Divergências em Investimentos (CICDI), Agência Multilateral de Garantias de Investimentos (AMGI), Instituto do Banco Mundial (IBM) e Painel de Inspeção (Pereira, 2009, p. 7).

São essas organizações que compõem o grupo do Banco Mundial. Nos próximos parágrafos iremos detalhar a função ou a características de cada uma dessas instituições. Conforme argumenta o Pereira (2009):

2.2.1 Banco Internacional Para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD)

O BIRD foi a mais antiga organização e é o mais importante do grupo. Foi criado em 1944 junto com o FMI no encontro de Bretton Woods. O objetivo desta instituição é de providenciar os empréstimos e garantias financeiras aos países-membros elegíveis. O processo de elegibilidade varia ao longo do tempo e funciona com base nas condições econômicas. O BIRD disponibiliza os seus empréstimos somente para os governos dos países membros assim como para as instituições públicas com os juros aproximadamente aqueles que se verificam nos mercados internacionais e o pagamento que varia entre quinze a vinte anos.

2.2.2 Associação Internacional de Desenvolvimento (AID)

A AID foi criada em 1960 com intuito de fornecer créditos de longo prazo (variam de trinta a quarenta anos, dez anos de carência), tendo baixa taxa de juro ou nulo aos governos e instituições públicas dos países que o grau de renda não podia acessar os mercados e capitais tão pouco eram elegíveis ao crédito do BIRD.

2.2.3 Corporação Financeira Internacional (CFI)

A CFI nasceu em 1956 como uma organização suplementar a BIRD, a sua finalidade é financiar e suportar diretamente a extensão do setor privado, estrangeira e nacional nos países pobres e de renda média. Esta organização é tida como a principal fonte multilateral de créditos na arena internacional [...] a CFI fornece financiamentos para projetos empresariais particulares, atua como sócio do capital de empresas, garante os empréstimos aos bancos intermediários e atua como assessoria técnica de capital interessadas em estimular fundos em mercados de capital.

2.2.4 Centro Internacional Para Conciliação de Divergências em Investimentos (CICDI)

O CICDI é uma organização que foi fundada em 1966, funciona como conciliador e arbitragem em casos de pleitos jurídicos entre os investidores estrangeiros e Estados nacionais contratantes, esferas subnacionais de governos ou instituições públicas e a partir dos

autorizados pelo próprio Estado nacional perante o centro. A sua função é dependente da aderência das partes à sua jurisdição.

2.2.5 Agência Multilateral de Garantias de Investimentos (AMGI)

A AMGI surgiu nos anos de 1988, o objetivo é garantir segurança dos investimentos estrangeiros e incentivar o alargamento das empresas multinacionais. Concede seguros contra contornos não-comerciais ou políticos, isto é, empresários e financiadores que cobre uma certa gama incluindo conjunturas como expropriação de bens, incumprimento unilateral de contrato por órgãos públicos, restrições à repatriação de lucros, guerras e conflitos civis.

2.2.6 Instituto do Banco Mundial (IBM)

O Instituto deu os seus primeiros passos em 1955, tendo como suporte financeiro e político as fundações Rockefeller e Ford. Em 2000, passou a ser designado de Instituto do Banco Mundial. O seu propósito era instruir os servidores políticos e técnicos internos com intuito de trabalharem na elaboração ou execução da política econômica assim como nos projetos e programas ligados ao desenvolvimento capitalista nos países em desenvolvimento.

2.2.7 Painel de inspeção

O Painel surgiu em 1993, ele opera de forma independente, cabe o Painel investigar denúncias de pessoas ou organizações que colocam os projetos financiados pelo Banco em causa. As denúncias são feitas de modo a fiscalizar a operação do Banco, ou seja, denúncias servem para averiguar se o Banco funciona conforme as regras e procedimentos operacionais.

Observando esse grupo, dá para compreender que cada organização acima destacada tem o seu próprio objetivo, o modo de funcionamento, ou seja, o papel de cada uma dessas organizações é muito fundamental para atuação do próprio Banco Mundial. Esta instituição de Bretton Woods, a sua flexibilidade depende de todas essas entidades. Como podemos observar, a distribuição dos recursos financeiros, empréstimos, o controle desses recursos, a capacitação dos servidores, a investigação das atuações do Banco, isto é, o não cumprimento dos seus princípios básicos ou normas que regem partes do funcionamento total da instituição são das responsabilidades das organizações que fazem parte do Grupo do Banco Mundial.

2.3 FORMA DE ATUAÇÃO DO BANCO MUNDIAL JUNTO AOS PAÍSES MEMBROS

O Banco Mundial oferece diferentes serviços para os seus países membros. Esta instituição tem como missão lutar contra a pobreza no mundo. Conforme Romminger (2004), entre esses serviços constam pesquisas sobre diferentes assuntos ligados ao desenvolvimento, consultorias para governos oferecendo *know how* para que pudessem ajustar as políticas que objetivam o desenvolvimento que não fique só nos serviços financeiros. Em outras palavras, o Banco Mundial não apenas disponibiliza os serviços financeiros para o desenvolvimento dos países membros como também oferece outros serviços, como, investimentos em recursos humanos, isto é, na capacitação de pessoal através de seminários e outros tipos de formação que visam a preparação dos servidores públicos assim como privados.

De acordo com Romminger (2004), os empréstimos do Banco são definidos por meio de dois itens: os instrumentos de financiamento e os produtos financeiros. O primeiro item define a estrutura do empréstimo, isto é, define o como o formato do empréstimo e a sua finalidade. Com isso, ele aponta dois instrumentos básicos: os Empréstimos de Investimento e os Empréstimos de Ajuste. Os empréstimos circulam por meio de diferentes canais através de uma negociação entre o emissor e o receptor (Banco e o Mutuário), os objetivos do empréstimo, sua agenda de desembolso e pagamentos, e a viabilidade do projeto - os Empréstimos de Investimento são de longo prazo (- isto é, vão de 5 a 10 anos) disponibilizados para os países em desenvolvimento que aprovassem ser bons tomadores de empréstimos para projetos com intuito ao desenvolvimento social e econômico. Os recursos deste empréstimo segundo o autor, podem ser usados consoante as necessidades voltadas ao projeto, ou seja, o melhor é seguir o protocolo de acordo do empréstimo (contrato). Por fim, existem os Empréstimos de Ajuste, que são ligados a outros serviços não envolvendo projetos devido as suas características de curto prazo. Estes são para os países que precisam da ajuda financeira externa para reajustes estruturais na economia do país tomador. A retirada do dinheiro é condicionada pelo Banco e supervisionada pelo FMI (World Bank, 2001 *apud* Romminger, 2004, p. 277-278).

O segundo item são os Produtos Financeiros, que definem os termos da realização dos empréstimos e financiamentos. Só o BIRD tenha acesso ao uso destes produtos, porque o IDA não tem a capacidade de cobrir todos os juros ou outras responsabilidades de empréstimos que disponibiliza. De acordo com Romminger (2004), estão sob o cargo do BIRD dois tipos de produtos financeiros que seriam os Empréstimos de Margem Fixa (EMF) e Empréstimos da Margem Variável (EMV). Estes produtos são disponibilizados com base

nas principais moedas de conversões, sendo que as taxas de juros se aplicam por meio de Taxa de Oferta Interbancário de Londres (LIBOR). O EMF, tem algumas exceções, isto é, partes das suas taxas são fixas. Nesse sentido, ele permitiria maior controle das taxas e principalmente oferece maior facilidade de pagamento aos mutuários (World Bank *apud* Romminger, 2004, p. 279).

É evidente que para ter acesso aos diferentes tipos de financiamentos e empréstimos do Banco Mundial, o mutuário precisa passar por um monte de processos burocráticos. Como vimos anteriormente, existem procedimentos necessários para que os países tomadores, ou países em condições de mutuários devem seguir e cumprir para ter acesso aos recursos dos quais eles necessitam. Mais à diante iremos apresentar algumas condições impostas pelo Banco Mundial para os países membros que pretendem receber ou solicitar recursos.

Conforme foi evidenciado no início do capítulo, o Banco Mundial surgiu por meio de uma preocupação com os países devastados pela Segunda Guerra. A preocupação era, de reorientar ou reconstruir as economias dos Estados vítimas do conflito. Mas, com o passar do tempo, a necessidade de ir além da proposta inicial, isto é, não limitar só nos assuntos econômicos desses países, mas também abrir outros canais para um desenvolvimento mais abrangente e ao mesmo tempo pensar nos Estados mais pobres. O Banco Mundial tem trabalhado junto com outras instituições para um desenvolvimento econômico, atrelado ao equilíbrio social e do cuidado ambiental dos Estados que de certo modo dependem do financiamento externo. O Banco Mundial sofreu severas transformações na sua forma de atuação para o desenvolvimento dos países membros. A instituição se viu como uma forma de organizar uma sociedade justa através dos seus objetivos político, econômico e social de acordo com o seu programa de desenvolvimento para os países membros. O Banco tem como os objetivos atuais do Banco Mundial³:

- a) incentivar o crescimento dos países membros com intuito de fomentar o desenvolvimento destes;
- b) suprimir a pobreza extrema no mundo;
- c) contribuir financeiramente para o desenvolvimento de projetos ambientais, educacionais e sociais;
- d) estimular por meio de empréstimos, o desenvolvimento da infraestrutura, saneamento básico e geração de energia;

³ Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/banco-mundial/> acesso em 13 de janeiro de 2022.

- e) oferecer cursos técnicos e projetos para o desenvolvimento socioeconômico dos países participantes
- f) promover intercâmbio de conhecimento inovadores entre os países membros.

Com isso, se compreende que algumas alterações foram feitas nas ideias iniciais da instituição. Essa mudança aconteceu não só nos objetivos, mas também nos princípios de voto. Entre os membros com maior poder de voto no interior do Banco Mundial, houve uma ligeira mexida, sendo que alguns diminuíram e uns aumentaram em termos percentuais. Nessa lógica, vamos trazer no subtópico a seguir o João Marcio Mendes Pereira 2009 e a Melissa Rejane Grangeiro de Sousa 2015 para demonstrar essa dinâmica da mudança no processo de tomada de decisões.

2.4 PAÍSES COM MAIOR PODER DE DECISÃO NO BANCO MUNDIAL

O sistema internacional é caracterizado pela disputa de poder entre os atores que integram uma determinada sociedade, organização ou instituição internacional. O jogo de interesses de cada ator é o principal motivador dessa luta constante em busca de hegemonia. O Banco Mundial é uma das instituições internacionais constituída por Estados nacionais. Nesse sentido, sua política é conduzida com base nos princípios hegemônicos, ou seja, as decisões mais importantes da instituição são tomadas por meio da hierarquia econômica, ou seja, as decisões são tomadas com base no poder econômico de cada país. Entre os membros do Banco Mundial, há cinco países que decidem o rumo dos demais Estados no interior da instituição, ou seja, os seus votos determinam o desenvolvimento das políticas do Banco. De acordo com Pereira (2009, p. 46), são esses os Estados com maior poder de voto: Estados Unidos (16,38%); Japão (7,86%); Alemanha (4,49%); Reino Unido e a França com (4,3%). A Sousa (2015, P. 55) trouxe uma outra configuração de constituintes do pódio demonstrando que os principais membros com maior poder de voto no interior do Banco Mundial seriam Estados Unidos (15,57%), Japão (7,7%), China (5,05%), Alemanha (4,36), França & Reino Unido (com 4,08%).

Conforme apontado anteriormente, as reformas movimentaram os posicionamentos e algumas reduções de poder de votos dentro do quadro dos membros associados. Este processo teve implicações muito importantes no que se refere ao peso do voto no interior do grupo, por exemplo: a cota dos países em desenvolvimento no BIRD cresceu de 42,6% para 44,1% fechando a segunda fase com 47,19%, sendo que o crescimento notável de 4,5%. Também

houve um aumento na CFI, esta instituição saiu de 33,41% para 39,48% de cotas dos países em desenvolvimento; ao passo que a AID ganhou 6% passando assim para 46% (Sousa, 2015, p. 61).

É possível constatar essa mudança com a presença de uma das maiores potências econômicas do mundo. A China mudou um pouco a configuração da pirâmide, mas, não alterou a desigualdade econômica, social e até política dos Estados membros do Banco Mundial. A imagem que se verifica nesta composição é sempre guiada pela condição econômica dos países integrantes desta instituição o que não justifica o seu posicionamento entre os cinco membros com maior poder de voto.

Podemos dar um exemplo das Nações Unidas através do seu Conselho de Segurança que tem cinco membros permanentes decidindo o futuro dos demais membros da instituição. Apesar de ambas instituições conterem cinco membros fundamentais que tomam decisões mais importantes para o resto, existe uma ligeira diferença entre estas. No caso do Banco Mundial, os membros com poder de voto não são permanentes, isto é, é gerado por meio das condições do PIB de cada Estado membro. Em outras palavras, os votos são baseados segundo os recursos que cada membro coloca à disposição da instituição (cota). Isto demonstra que não há um único país com poder de voto permanente, a mudança de posição é determinada pelo crescimento econômico de cada país-membro, ou seja, a mudança de posicionamento dentro do Banco ocorre quando um dos membros aumenta o seu peso econômico, isto é, para subir da posição o membro precisa apresentar melhores condições econômicas que o outro, o que significa que este membro deve ser o maior acionista que outro. Neste caso, o processo da mudança de posição demanda uma redução de cota dos outros membros.

No caso da carta da ONU⁴, este organismo conta com cinco membros permanentes com poder de veto que são: China, Estados Unidos, França, Reino Unido e a Rússia. O que significa que cada um desses membros pode vetar qualquer proposta que não se alinhe com seus interesses nacionais. É fundamental salientar que dentre os cinco membros com maior poder de voto nessa instituição financeira, isto é, no Banco Mundial, os Estados Unidos⁵ são os únicos com o poder de veto. O que significa que os Estados Unidos podem vetar proposta que julgarem inadequada a política do Banco.

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/06/12/brasil-retorna-ao-conselho-de-seguranca-da-onu-entenda-o-que-isso-significa.ghtml> acesso em 02 de fevereiro de 2022.

⁵ Disponível em: <https://cadtm.org/A-Supremacia-dos-Estados-Unidos-no-Banco-Mundial> acesso em 02 de janeiro de 2022.

O Banco Mundial é uma instituição caracterizada por um modelo de voto ligado a condição econômica de cada Estado membro, marcado pelos votos básicos e pelas cotas. Mas, a cada membro desta instituição é destinada uma quantidade de votos levando em consideração as atividades possuídas por cada membro. De acordo com Sousa (2015), os articles of agreement determinam 250 votos básicos (baseado em princípio de igualdade) por cada Estado, sendo adicionado um voto por cada atividade feita no capital social do Banco. Sendo que os votos de cotas são ligados aos recursos subscritas - o poder de decisão desta instituição funciona por meio de seguintes instâncias: o Conselho de Governadores e a Diretoria Executiva (Sousa, 2015, p. 53-4).

As instituições são consideradas como grupos de regras (formais e informais) persistentemente ligadas que prescrevem o comportamento, constroem as atividades e definem as expectativas. Elas podem ser caracterizadas de diferentes formas como: intergovernamental ou organizações não-governamentais internacionais que são criadas pelos Estados Nações com um objetivo específico. Por exemplo, a ONU ou a OMC assim como as ONGs; Regimes internacionais são instituições com regras explícitas firmadas pelos Estados, isto é, o regime monetário de Bretton Woods e a lei do Mar nos anos 1970 e; Convenções que são instituições informais com as suas regras e entendimentos implícitos que incentivam a coordenação (Sarfati, 2005, p. 157).

As instituições internacionais serviriam para reduzir o custo de interdependência e criar meios favoráveis à cooperação, elas também são vistas como um dos instrumentos propícios para lidar com os conflitos condicionados pelos novos padrões das relações internacionais (Keohane & Nye *apud* Sarfati p. 87-88).

Desse modo, se compreende que o Banco Mundial é uma daquelas instituições financeiras que surge como um dos instrumentos mais adequado para minimizar as demandas do Estado guineense como também diminuir a sua dependência para com outros Estados na sua política externa.

Para Sarfati, as instituições são relevantes no processo de relacionamento entre os Estados, porém, elas acabam por afetar os incentivos que eles têm para cooperar. Tendo como exemplo, Kofi Annan, em nome da ONU no processo da negociação de diferentes tratados de governo de Clinton e o de Saddam Hussein [...] ele aponta também que as instituições podem de certa forma afetar a compreensão do papel dos estadistas e os pressupostos da motivação dos outros estadistas, porque ajudam definir e interpretar os interesses.

O Banco Mundial cria as regras e normas condicionantes para os programas de financiamento e empréstimo para o desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento. Por exemplo, existem condicionantes de acordo com o âmbito político.

De acordo com Pereira (2014, p. 25), no âmbito das políticas macroeconômicas o Banco exige dos seus clientes os seguintes:

- a) livre comércio, ajustar os preços ao mercado internacional e diminuir tarifas de proteção;
- b) desvalorização da moeda;
- c) incentivar atração de investimento externo e a livre circulação de capitais;
- d) fomentar a especialização produtiva;
- e) estender as exportações, principalmente produtos agrícolas.

No âmbito das políticas sociais e da administração estatal, o Banco impõe as seguintes medidas:

- a) corte de gastos com pessoal e custeio da máquina administrativa;
- b) redução drástica ou eliminação de subsídios ao consumo;
- c) redução do custo per capita dos programas, a fim de aumentar o grau de cobertura;
- d) reorientação da política social para a saúde e a educação primárias, foco dos gastos na parcela da população em condições de pobreza absoluta.

A citação destaca os condicionantes que os mutuários precisam cumprir para que eles possam ter acesso aos empréstimos e financiamentos do Banco Mundial. Um dos elementos em destaque é o princípio de “Boa Governança” adotado como um dos critérios para aquisição dos recursos do Banco Mundial por parte dos mutuários ou clientes que necessitam de ajuda da instituição.

Conforme Pereira, a terceira onda de estratégia imposta pela instituição se deu como um elo entre o alívio da pobreza e a reconfiguração daquilo que é a tarefa do Estado. O termo foi conduzido pelo mainstream anglo-americano e pela instituição, a sua disseminação como categoria de análise na arena internacional não demorou tanto. O termo da governança foi uma peça chave para enquadrar o debate da relação entre governo, organizações sociais e instituições internacionais. O Banco não tardou para colocar o termo num relatório destinado para o processo de ajustamento estrutural na África Subsaariana. O argumento do Banco para justificar o uso deste termo nessa região foi de que a construção de uma sociedade conveniente ao crescimento privado e o uso dos expedientes não só depende das políticas

macroeconômicas sólidas e infraestruturas eficiente, mas também era necessária uma política de “Boa Governança” que seria como instituições públicas eficazes para um ajuste entre governo e governados. Ademais, o Banco argumentou numa nota de que o investimento privado e os programas de ajustamento estrutural não tiveram sucesso justamente pela má governança dos agentes domésticos (Pereira, 2009, p. 198)

Nesse sentido, seria conveniente que os mutuários ou clientes do Banco Mundial deste lado do hemisfério construíssem um clima de estabilidade baseado nos princípios de “Boa Governança”.

2.5 LEITURAS CRÍTICAS DA ATUAÇÃO DO BANCO MUNDIAL

O Banco Mundial é também uma instituição com políticas voltadas a satisfação das demandas das principais potências hegemônicas. O jogo político dos atores internacionais é baseado na luta pelos interesses nacionais ou pela sobrevivência de cada ator na arena internacional. Apesar de muitas coisas boas feitas por esta instituição financeira internacional, é fundamental trazer opiniões contrárias. Portanto, o objetivo dessa sessão é trazer diferentes visões e posicionamentos de outros atores para entender o funcionamento do Banco Mundial. Será feita uma abordagem analítica dessas visões críticas para compreender melhor como a instituição tem operado ao longo dos tempos.

Iniciaremos essa abordagem com os Brics, que é um fórum de diálogo formado por: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) por parte dos BRICS se deveu a má política que vigora nas instituições multilaterais vigentes, o tempo que levaram para se vincular a nova realidade e conseqüentemente as barreiras que estas puseram aos países em desenvolvimento. Ou seja, para os Brics “ideia do NBD tem a ver com os erros e acertos das instituições vigentes” [...] até porque o NBD não teria existido se as velhas instituições tivessem atuado de forma que satisfizesse todos os seus integrantes ou mutuários (Batista Jr, 2016, p. 279-80). Pereira 2016 e Milan 2018 compartilharam a mesma ideia com Batista Jr. Conformes os autores, o nascimento do NBD se deveu à ausência de maior poder dos países em desenvolvimento nas instituições financeiras vigentes, isto é, o FMI e o BM. No entanto, foi essa ideia de descontentamento com o status quo que motivou ou buscar novas saídas (Eichengreen, 2014 *apud* Pereira & Milan, 2018, p. 15).

Posto isso, se compreende que a forma como têm atuando as instituições multilaterais principalmente aquelas que nasceram na Conferência de Bretton Woods-

Washington geraram insatisfação para os países membros dos Brics. Neste sentido, o comportamento das instituições de Bretton Woods motivou a criação do NBD.

O Banco Mundial é uma instituição financeira segundo Batista Jr (2016), com múltiplas atribuições, é do tipo que ele chama de “universal”, busca reunir tudo ao seu favor, isto é, faz pesquisas, assistência técnica, impõe regras do jogo ou critérios de empréstimos, oferece serviço de consultoria, orienta estratégia e políticas econômicas. É uma instituição com estrutura gigantesca, uma estratégia bem burocrática e o tempo para aprovação dos projetos é muito longo, algo que não acontece com o NBD.

Uma outra questão levantada pelos Brics é sobre o processo de tomada de decisões dentro do Banco Mundial. A desigualdade dos votos é uma preocupação para os Brics sendo que esse formato pode de certa forma prejudicar ou dificultar as atividades da instituição. Por exemplo, no interior dos Brics nenhum país tem poder de vetar uma decisão, ali funciona com maioria simples, ou seja, todos os membros fundadores da instituição gozam do mesmo privilégio no que diz respeito ao voto (Batista Jr, 2016, p. 182).

Uma dificuldade ressaltada por Pereira e Milan é sobre a participação ativa dos Estados não mutuários, ou seja, aqueles países que não precisam dos empréstimos da instituição. Para os autores, mesmo sem interesses em ampliar o mercado, eles criam entraves para vetar o processo de financiamento ou empréstimo dos mutuários necessitados.

De acordo com os apontamentos de Sousa (2015), os países em desenvolvimento se beneficiaram de uma pequena subida em termos percentuais do poder de voto graças a reforma feita. Essa transformação fez crescer a participação dos países ditos em desenvolvimento de 42,60% para 47,19%, com isso, diminuiu a de grandes potências de 57,40% para 52,81%. Para tanto, a autora demonstrou que esta reforma não tem coerência, porém, dentro da categoria dos países em desenvolvimento e em transição constaram países com um potencial de renda muito alta de modo que não havia necessidade de incluir estes nessa categoria. A autora trouxe exemplo da Arábia Saudita onde a cota de votos é superior ao seu PIB (Vestergaard & Wade *apud* Sousa, 2015, p. 65).

Além disso, se questiona a lógica das condições econômicas atribuída ao peso nas tomadas de decisões no seio do Banco Mundial. Se o voto, como dizem, depende das condições econômicas de cada Estado membro, como se justifica a classificação da Arábia Saudita? Em que condições a este país foi atribuída uma cota de votos que não corresponde a sua realidade econômica? Existem diversos exemplos semelhantes.

Um outro caso que suscitou críticas ao Banco Mundial é o princípio de “Boa Governança” adotado como um dos condicionantes para empréstimos. Mesmo alguns elencos

de administração da instituição não estavam de acordo com a introdução desse elemento argumentando que este princípio não só colocaria em causa “a neutralidade política prevenida nos estatutos, assim como violaria princípio da soberania nacional Estados prestativos”. Foi publicada uma nota especificamente sobre o assunto fomentando que a máquina institucional e uma gestão pública de qualidade eram fundamentais para que ajuste estrutural seja colocado em prática - criar um ambiente favorável e da liberdade econômica, não se justificava só pelas políticas econômicas consolidadas, mas sim era algo fundamental. Se formos analisar o que é “Boa Governança”, se compreende que esse termo segundo Pereira seria um governo que: a) administrasse os expedientes públicos com eficiência e sem desorientar os serviços; b) sistemas de responsabilização eficaz; c) se disponha da informação credível e verdadeira para os investidores privados e d) as demandas do governo sejam orientadas em função do mercado (Banco Mundial *apud* Pereira, 2009, p. 201).

Com isso, pode-se perceber a violação do princípio da soberania de Estados Nações previsto na Declaração de princípios do Direito Internacional das Nações Unidas de 1970. A soberania seria a autonomia política que cada Estado tem diante dos outros, com a competência de ditar as regras e normas no seu próprio território. Em função do direito internacional, os Estados gozam da mesma igualdade jurídica, sem intervenção direta ou indiretamente nos assuntos internos ou externos de outros (Onu, 1970 *apud* Jackson & Sorensen, 2007, p. 376).

Observando essa lógica da soberania, se compreende que o Banco Mundial funciona em função dos interesses dos seus principais membros. Até os princípios da própria instituição foram violados, mas, isso não é tão prejudicial para o Banco, e sim para quem foi condicionado a cumprir com as políticas adotadas pela instituição. É claro que as vezes, as demandas de um ator podem conduzi-lo a aceitar uma proposta que em condições normais ele não faria. O Banco Mundial passou adotar como critério o “Boa Governança” porque para o Banco (1989), o problema da África se deveu a falta de governança na região. Nesse sentido, o BM acredita que o problema de subdesenvolvimento permanente em África não poderia ter sido da responsabilidade do BM e dos princípios neoliberais, mas sim da própria África motivada por má governação na região, má gerência dos recursos. O Banco destaca no seu relatório três aspectos que caracterizam o princípio de Boa Governança: “forma de regime político; processo pelo qual a autoridade é exercida no gerenciamento de recursos sociais e econômicos para o desenvolvimento; capacidade dos governos em esboçar, formular e implementar políticas e funções” (Banco Mundial, 1989 & 1994 *apud* Dos Santos Lima, 2011, p. 161).

A Boa Governança conforme argumenta Roy (2005), seria o “fruto de uma distribuição de serviços de forma efetiva e eficiente, com a melhoria na capacidade dos recursos humanos e na criação de um ambiente propício para dar poder ao povo” – historicamente, os princípios de Boa Governança contrapõem a evolução verificada nos países industrializados. Esses países evoluíram a partir das necessidades das suas sociedades assim como por meio de serviços e regulamentações. A agenda de Boa Governança foi considerada vaga e procede de uma forma impositiva. Chang (2004) considera essa agenda como “uma forma de chutar a escada dos países em desenvolvimento e criar obstáculos custosos para o crescimento destes” (Roy, 2005 & Chang, 2004 *apud* Dos Santos Lima, 2011, p. 162).

O Banco Mundial também foi alvo de críticas por parte de ONGs ao longo do seu percurso devido à falta de observação dos princípios ambientais nas suas atividades. O projeto Polonoroeste⁶ (o projeto tinha como previsão, a construção de 1.500 km de rodovia que liga o Sul a Norte do Brasil numa área povoada por milhares de pessoas, cerca de 10 mil indígenas) foi um dos episódios que suscitou críticas dos ambientalistas. Este foi tido como um caso mais extremo de catástrofe social e ambiental auxiliado pela instituição. As informações sobre o caso foram transmitidas em diferentes meios de comunicações de vários países, inclusive houve audiências relacionados aos projetos financiados pelo o Banco Mundial. Estas ONGs não apenas criticaram a instituição sobre os projetos devastadores, mas também apertaram os principais acionistas no sentido de fazer a instituição revisar as formas de atuação e determinar as políticas que possam manter o meio ambiente em melhores condições (Wade & Gwin *apud* Pereira, 2009, p 30).

Por outro lado, vale a pena destacar o impacto do relatório do Meltzer (2000) sobre as instituições financeiras internacionais de Bretton Woods, nomeadamente o Banco Mundial. Allan Meltzer já tinha proposto que as instituições financeiras cancelassem as dívidas dos países com uma alta taxa de endividamento e sugeriu o modelo da economia neoliberal nas reformas. Meltzer também sugeriu que as duas instituições de Bretton Wood fossem reformadas e que fosse feita uma nova divisão do trabalho entre elas. As principais críticas de Meltzer se baseiam em três fatores: primeiro, que seja diminuído o grau da relevância destas instituições como responsáveis pelos os desembolsos de recursos para economias emergentes, segundo perda da importância política estratégica dos empréstimos multilaterais após o fim da Guerra Fria e por fim, a reforma das instituições financeiras como um mecanismo crucial dos Estados Unidos se manterem como líder internacional. Ademais, Meltzer afirmou que entre o

⁶ Projeto para construção de 1.500 km de rodovia conectando o sul ao norte do Brasil [...] Pereira, p. 30).

período entre 1993 e 1999, foram efetuados 70% dos empréstimos do Banco Mundial, entre os quais, US\$ 13 bilhões com destinos a 11 países, e, estes países tinham acesso aos mercados de capitais, esta prática segundo Meltzer ia contra o princípio da redução da pobreza extrema proposta pelo Banco (Meltzer *apud* Pereira, 2009, P. 44-46).

Com o exposto se questiona o seguinte: se o propósito do Banco Mundial era e ainda é de luta contra a pobreza, qual era necessidade de desembolsar estes valores para os países que não estavam em condições da pobreza? Mais uma vez, o Banco mostrou se estar defendendo os interesses dos seus principais acionistas por meio de uma falsa reorientação econômica dos países membros.

2.6 O BANCO MUDOU?

O Banco Mundial⁷ ao longo dos tempos vem alterando as suas políticas de desenvolvimento, o próprio Banco Mundial demonstrou que está mudando, aquilo que fazia no passado mudou. Agora, o Banco está concentrado em ajudar modelos de desenvolvimento que facilitassem diferentes intervenções de governo e de mercado – não estabelece soluções, está apenas, usar a assistência do seu conhecimento para promover um debate sobre assuntos de política nos países, com base nas evidências. Com isso, o Banco está promovendo intercâmbio de conhecimento Sul-Sul. Tendo em conta inúmeros atores tanto no setor privado quanto público, o Banco se coloca como um parceiro que disponibiliza uma plataforma em que a assistência ao desenvolvimento e os próprios recursos do país pudessem ser aplicados com eficiência.

O documento demonstra que a experiência do Banco no âmbito de reformas da função pública foi mista e tem utilizado as lições no sentido de adotar diferentes abordagens – expandir experiência do financiamento através dos resultados no Ruanda, da assistência com base no produto nas Maurícias e da implementação por ONG – atenção especial a criação de capacidade no poder legislativo e judicial do estado, assim como dos governos subnacionais.

No que diz respeito a forma de implementação da estratégia, o documento afirma que vai ser implementada através do uso de instrumentos tradicionais do Banco (financiamento,

⁷ Disponível em: https://web.worldbank.org/archive/website01363/WEB/IMAGES/AFRICA_S.PDF acesso em 11 de janeiro de 2023.

conhecimento e parcerias) vai ser invertida a norma com intuito de estimular maior seletividade e melhor promover as reformas de políticas e institucionais.

No âmbito das parcerias, por exemplo no continente africano, destaca o documento que será feita com a sociedade africana e os demais agentes do desenvolvimento – facilitar e apoiar parcerias com o setor privado no sentido de garantir a existência de um espaço para as iniciativas africanas pudessem prosperar – apoiar os governos africanos com intuito de melhorar a mobilização dos fundos/recursos domésticos, promover as relações Sul-Sul (oportunidades de aprendizagem e financiamento inovador). Fomentar a harmonização da assistência com base nas declarações de Paris/Acra⁸.

No âmbito de conhecimento, o documento demonstra que o conhecimento é o segundo instrumento para implementação da estratégia - o documento destaca que “como o impedimento à reforma de políticas e institucional é de ordem política, apenas o financiamento e a condicionalidade não podem produzir mudanças”. Nesse sentido, o conhecimento como forma de estimular o debate com base nas evidências, pode fomentar também um consenso político interno e criar condições para aumentar financiamento e desenvolvimento de uma forma rápida.

O documento também destaca que os estados frágeis em dimensões políticas, econômicas e segurança merecem um tratamento diferenciado. Por exemplo, as questões das infraestruturas, clima de negócios, emprego, governação têm impactos diferentes nos Estados frágeis. O desenvolvimento de infraestruturas pode exigir ganhos rápidos e o emprego de soldados desmobilizados mesmo com um custo elevado ou ações de longo prazo que podem fomentar a esperança aos empregados.

2.7 NEOLIBERALISMO

O neoliberalismo segundo Harvey (2005) é uma ideologia político-econômica baseada no bem-estar humano por meio da liberdade e da capacidade empreendedora do indivíduo através de uma organização institucional marcada por meio de direitos privados bem sólidos, liberdade econômica e comercial. Nesse contexto, o Estado se concentra em criar e proteger a configuração institucional compatível ao neoliberalismo, fomentar a

⁸ Consultar a obra de: CAMPOS, Rodrigo Pires de; LIMA, João Brígido Bezerra; LOPES, Luara Landulpho Alves. Os fóruns de alto nível da organização para a cooperação e o desenvolvimento econômico (OCDE): limites e perspectivas da posição brasileira na agenda sobre efetividade da ajuda internacional. 2011, p. 32-3).

qualidade e a integridade do capital, prevenir os direitos de propriedade individual através do estabelecimento de estruturas e funções militares, de defesa e da polícia. Por outras palavras, o Estado tem o dever de garantir tudo aquilo que for necessário para salvaguardar os princípios de bem-estar.

A premissa central do neoliberalismo estaria baseada no princípio de não interferência do Estado nos assuntos econômicos. Os neoliberais acreditam que a economia pode apenas dar fruto por meio de um mercado livre, ou seja, a liberdade do capital proporciona um crescimento econômico assim como um desenvolvimento social dos Estados. Nesse sentido, o Estado seria um simples observador dos eventos que circulam na arena econômica do mercado. Conforme argumenta Ianni (1998), trata-se de constituir o Estado mínimo, que só determina e supervisiona as regras do jogo econômico sem entrar em ação. Para Bresser-Pereira (2009), a necessidade do Estado mínimo para os neoliberais se traduz em quatro pontos importantes para a economia do mercado, primeiro não responsabilizar da produção de alguns bens básicos ligados a infraestrutura econômica; segundo, fim do Estado social, terceiro, não induzir o investimento produtivo e o desenvolvimento tecnológico e científico, isto é, que não seja o próprio Estado líder do plano do desenvolvimento nacional e; quarto que não seja o Estado responsável pela regulamentação dos mercados.

Nessa pesquisa, se compreende que o Banco Mundial tem melhorado as suas políticas de desenvolvimento, principalmente com os países em desenvolvimento, ou com os Estados fracos. O Banco está mudando a sua forma de relacionar com seus membros, colaborando com atores internos de cada estado para aplicação de projetos de desenvolvimento.

Posto isso, se compreende que essas imposições são pontos fundamentais para o desenvolvimento das ideias neoliberais para o crescimento econômico internacional e, estas estratégias são as mesmas usadas para o programa de ajuste estrutural do Banco Mundial para a reorientação das economias dos países em desenvolvimento, principalmente, para os países do Sul Global. O ajuste estrutural se baseou nessa dinâmica para o desenvolvimento das políticas de reformas provocadas pelo endividamento externo.

3 CAPÍTULO II: FORMAÇÃO DO ESTADO DA GUINÉ-BISSAU

O presente capítulo trata-se da formação do estado guineense e a sua inserção internacional. O objetivo é compreender como foi o processo de construção da República da Guiné-Bissau uma vez que o país era uma das colônias de Portugal. Lembrando que o surgimento do Estado da Guiné-Bissau foi atribuído a diferentes momentos. É muito importante ressaltar também que a origem do estado guineense, como veremos mais à frente, foi dada a partir da criação do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), por outro lado, foi atribuída à início da luta de libertação em 1963. Ou seja, não há uma data unânime para os autores, o que significa que cada um invoca um determinado período para delimitar a sua pesquisa.

Sendo assim, compreende-se que há dois momentos na história da formação do Estado da guineense. O primeiro momento teve seu início com a criação do PAIGC abrangendo o período da luta de libertação nacional – já o segundo momento, a partir de 1973, ano em que o País/Partido declara unilateralmente sua independência nas matas de Boé.

O capítulo está dividido em quatro subtópicos. O primeiro aborda a origem e o conceito de Estado onde foram destacadas diferentes concepções sobre o conceito de Estado e, ao mesmo tempo, a origem da palavra Estado. O segundo trata-se do processo da construção do estado guineense, ou seja, como surgiu o Estado de Guiné-Bissau. No terceiro trazemos algumas etapas que marcaram a construção do Estado durante a colonização e pós-independência. Nesse tópico, destacamos o primeiro golpe de Estado após a independência, o conflito civil de 1998 (conhecido como 7 de junho). Também mapeamos um dos melhores períodos da vida política da Guiné-Bissau (2014, ano em que foi realizado as eleições gerais ganhas pelo PAIGC e José Mário Vaz, candidato apoiado pelo partido).

3.1 ORIGEM DE ESTADO

Nesse subtópico vamos tentar trazer de uma forma resumida a origem do Estado. Desse modo, faremos uma análise do surgimento do Estado a partir das concepções de autores como Maquiavel, Rousseau e de outros intelectuais que debruçaram sobre o assunto.

O surgimento do Estado pode ser compreendido como a forma que os indivíduos encontraram para conter os obstáculos que podem, de certa maneira, minar o estado de natureza. Assim, conforme argumenta Rousseau (1996), a melhor forma de evitar as futuras consequências entre os indivíduos seria a criação de uma entidade ou associação que pudesse

assegurar o bem comum das pessoas e os bens. Nesse sentido, seria necessário o estabelecimento de um acordo entre os indivíduos que todos possam cumprir. Este acordo estabelecido é o que Rousseau chama de “Contrato Social”. O contrato social na perspectiva rousseauiano consiste na abdicação da liberdade e direito do indivíduo em detrimento de um único ser que seria o responsável pela a segurança de todos. Ou seja, esse indivíduo abriria mão do seu direito natural para confiar a um indivíduo que se responsabiliza pelo bem estar do coletivo. Esse indivíduo é denominado de Estado. Nesse sentido, o Estado tem a responsabilidade de garantir a segurança de todos os cidadãos.

O Estado segundo Dallari (2011, s/p) tem origem no Latim, “Status” que seria uma situação em constante convivência atada à sociedade política - essa nomenclatura teve a sua primeira aparição na obra de Maquiavel, “O Príncipe” - sendo que essa nomeação passou a ser adotada pelos italianos para designar cidade independente como *stato di firenze*. Nos séculos XVI e XVII, os franceses, ingleses e alemães introduziram essa nomenclatura nas suas escritas. Conforme o autor, a denominação de Estado referindo a uma sociedade política deu nas vistas no século XVI apesar de ser rejeitado por alguns intelectuais.

Um outro autor que argumenta sobre o surgimento do Estado foi o Balladore Pallieri referenciado pelo Dallari (2011), afirma de uma forma absoluta de que o Estado surgiu oficialmente como uma organização em Estados no mundo ocidental a partir de 1648, o ano em que foi marcada a paz de Westfália - alguns intelectuais como Ataíba Nogueira aponta que a constituição do Estado se deu a partir das lutas de pluralidade de autonomias existentes no mundo medieval, isto é, o feudalismo, as autonomias comunais e as corporações. Ou seja, a luta dessas autonomias foi crucial para o surgimento do Estado.

Há várias visões acerca do nascimento do Estado. Dallari (2011) destaca algumas causas fundamentais sustentadas pelas teorias não contratualistas de seguintes formas:

a) Origem familiar ou patriarcal: segundo esta teoria defendida por Robert Filmer “cada família primitiva se ampliou e deu origem a um Estado; b) origem em atos de força, de violência ou de conquista: com base nessas teorias, a força de um determinado grupo social é fundamental para aparição de um Estado, ou seja, um Estado nasce através de um grupo dominante sobre o dominado. De acordo com um dos seguidores dessas teorias, Openheimer, o Estado foi formado com intuito de controlar as relações existentes entre os vencedores e vencidos, argumentando que essa relação teve como objetivo o proveito econômico de vencedor pelo vencido; c) origem em causas econômicas ou patrimoniais: alguns seguidores dessa teoria argumenta o aparecimento do Estado com base na Obra de Platão “A República.

Segundo essa perspectiva, Um Estado nasce das necessidades dos homens; ninguém basta a si mesmo, mas todos nós precisamos de muitas coisas (Filmer, Platão *apud* Dallari, 2011, s/p).

Ainda sobre a origem do Estado, Engels referenciado por Pereira (1995) apresenta três formas fundamentais do surgimento do Estado. A primeira forma seria a partir do fim das tribos e clãs. A segunda, em Atenas, o Estado surge por meio de antagonismos de classe. A terceira, entre os germânicos, o Estado se deu nas vistas através das conquistas de territórios estrangeiros. Segundo Pereira, com base numa visão lógico-dedutiva, o Estado “é o fruto político-institucional de um contrato social de modo pelo qual os homens cedem uma parte de sua liberdade a esse Estado para que o mesmo possa manter a ordem ou garantir os direitos de propriedade e a execução dos contratos” (Pereira, 1995, p. 88-89). Essa última perspectiva parece mais com a visão do Rousseau destacado anteriormente, seria que os homens só podem viver com segurança por meio de um acordo firmado entre as partes. A partir do exposto, se compreende que não há uniformidade sobre o surgimento do Estado, sendo que cada autor invoca com base no seu entendimento a origem dos Estados nacionais.

É importante ressaltar que o processo de formação dos Estados ocorreu de forma diferente no caso do continente africano, por exemplo, segundo Vasconcelos (2014) e Tilly (1996) referenciados por Pereira (2016, p. 27), houve dois aspectos fundamentais no processo de formação dos Estados africanos:

houve uma sucessiva transferência do centro das relações de parentesco e religiosas para a organização militar - a elevação das classes guerreiras que, desde a luta pela independência sobre um determinado espaço, mudou-se para uma comunidade de guerreiros com a capacidade de intervir no Estado e; os conflitos no continente africano não eram focados na posse territorial, como ocorreu na Europa – as guerras étnicas em sua grande maioria, desdizem as diversidades de poder sobre as pessoas, e não sobre o espaço.

Ainda de acordo com Tilly (1996) sobre a construção dos Estados africanos e europeus, o autor argumenta que:

os conflitos eram relacionados a quem deveria governar em determinados territórios, quais organizações políticas precisam dominar as políticas dos outros Estados e quais permutas de recursos, população e alimentos entre Estados careceriam de acontecer. No processo formação os Estados europeus tendem a serem mais ou menos definidos do que os Estados Nacionais, não impérios nem cidades estados, nem Federações, contudo, os Estados Nacionais de acordo com os tipos proporcionados, auxiliados e afiançados pelos grandes Estados (Tilly, 1996 *apud* Pereira, 2016, p. 19).

Nesse processo de formação dos Estados, um outro estudioso chamado Magalhães aponta cinco aspectos no processo de formação de Estado. De acordo com Magalhães (2002):

1) a homogeneidade relativa da população, sem uma integração muito forte baseada em relações de parentesco; 2) coalizões fortes entre o poder central e os representantes da elite rural; 3) expansão das relações de propriedade e produção capitalistas; 4) disponibilidade de recursos econômicos; 5) capacidade de fazer e de ser bem-sucedido na guerra.

O autor atribuiu o ponto cinco como o mais importante para a formação do Estado. Para ele, é por meio da guerra e da coerção que os outros pontos se tornam corretos e aproveitados. Ou seja, a guerra foi determinante no processo de formação do Estado. Nesse sentido, seria muito interessante destacar a importância das Forças Armadas no processo de formação dos Estados.

3.2 CONCEITO DO ESTADO

No que diz respeito ao conceito de Estado, se trata de uma definição que apresenta diferentes perspectivas, segundo os autores. O conceito de Estado é muito complexo sendo que não há uma única visão sobre o fenômeno, cada autor argumenta de acordo com a sua compreensão sobre o Estado. O conceito de Estado é entendido como ambíguo na ciência política. Desse modo, é frequente confundi-lo com o governo, estado-nação ou país. Na tradição anglo-saxã, não se trata de Estado, mas sim de governo. Na tradição europeia, o Estado é tido como estado-nação ou país. As expressões como estado liberal ou burocrático se caracterizam como sinônimo de um sistema político. Por outro lado, o estado capitalista ou socialista se compreende como um sistema econômico. Não se deve confundir os conceitos do estado de estado-nação, governo ou de um determinado regime político. O Estado é um dos elementos da sociedade que segundo Pereira (1995), “uma estrutura política e organizacional que se sobrepõe à sociedade ao mesmo tempo que dela faz parte” - para ele o estado-nação ou país seria uma entidade política soberana constituída por uma população que habita um certo território. Ademais, o autor acima citado apresenta uma diferença entre a sociedade civil e o Estado, de acordo com Pereira (1995, p. 86-87), “a sociedade civil é formado pelas classes sociais e grupos que têm um acesso ao poder político efetivo ao passo que o Estado seria uma estrutura organizacional e política, resultado de um contrato social ou de pacto político que garante legitimidade ao governo”. Teoricamente, o autor se vê num Estado como um espaço

da propriedade pública - sendo que a coisa pública seria uma propriedade de todos e para todos

Como referimos anteriormente, o conceito de Estado apresenta diversos significados segundo alguns autores. Para Bonavides (2018, 68-69-70) Estado seria em geral uma sociedade humana na qual há diferenciação entre governantes e governados, e em sentido restrito se trata de um grupo humano fixado em determinado território, onde os mais fortes impõem aos mais fracos sua vontade. Para Marx e Engels, o Estado seria “fenômeno histórico passageiro, fruto do surgimento de lutas de classes na sociedade, desde que, da propriedade coletiva se passou à apropriação individual dos meios de produção”. Weber por sua vez argumenta que o Estado seria “uma comunidade humana que, dentro de um determinado território, reivindica para si, de maneira bem-sucedida, o monopólio da violência física legítima”. Com essas definições dos autores, se compreende o Estado no seu sentido mais restrito seria um conjunto dos indivíduos com a capacidade de fazer com que os mais fracos abandonem a sua vontade em detrimento dos mais fortes.

3.3 FORMAÇÃO DO ESTADO GUINEENSE

Nesse subtópico trataremos do processo da construção do Estado da Guiné-Bissau começando a partir da formação do partido que defrontou a força armada colonial, PAIGC (Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde). Para o desenvolvimento desse subtópico se faz necessário voltar ao passado histórico do país para contextualizar um pouco a própria dinâmica do processo da construção do Estado em questão. A formação deste partido deu início a um longo processo de luta de libertação nacional da Guiné e de Cabo-Verde. Lembrando que o povo guineense junto com o povo cabo-verdiano fizera uma luta conjunta face ao conjunto colonial português. Esta instituição política foi criada na década 50, nomeadamente em 1956 com o objetivo de desencadear uma negociação com o poder colonial português sobre a independência da Guiné e Cabo Verde. Mas com a dificuldade enfrentada com esse método, os militantes do PAIGC decidiram avançar por via menos pacífico, a luta armada contra o colonialismo português. Amílcar Cabral, junto com outros camaradas⁹, fundaram o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Com isso, os militantes desse partido iniciaram a luta armada em 1963 que culminou com a conquista da independência da Guiné em 1973 no Sul do país concretamente nas florestas de

⁹ O nome utilizado para designar os membros do partido, PAIGC.

Madina de Boé e, logo em 1974 Portugal reconheceu oficialmente o novo Estado independente que hoje é conhecido como a República da Guiné-Bissau (Sucuma, 2017, p. 132).

Posto isto, se compreende que a construção de um Estado colonizado como o da Guiné-Bissau precisa, em primeiro lugar, recuperar o território ocupado pelos invasores colonialistas. Por isso, a formação de uma organização política como o PAIGC responsável pelo desenvolvimento de uma estratégia para enfrentar o inimigo é fundamental para alcançar os objetivos propostos. Lembrando que a luta de libertação da Guiné e de Cabo Verde tinha dois objetivos fundamentais propostos pelos líderes, nomeadamente Amílcar Cabral. Estes são: o programa menor, que seria a libertação do país do jugo colonial portuguesa e, o programa maior que perpassa pelo desenvolvimento da Guiné-Bissau. Nesse processo, Candé cita nove pontos que o PAIGC propunha alcançar:

1) independência imediata e total; 2) a unidade da nação da Guiné-Bissau e em Cabo Verde; 3) a unidade dos povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde; 4) A unidade africana; 5) o regime democrático anticolonialista e anti-imperialista; 7) a justiça e progresso para todos; 8) A defesa nacional eficaz e ligada ao povo; e, 9) a política internacional própria no interesse da Nação, da África, da paz e do progresso da humanidade. (Candé, 2013 *apud* Pereira, 2016, p. 47).

Dentro desse cenário de luta de libertação de um país com a diversidade cultural e étnicas como a Guiné-Bissau e ao mesmo tempo de dois povos diferentes, seria necessária uma política que pudesse conscientizar de certo modo essas etnias e do povo cabo verdiano com intuito de se unirem para uma causa comum, que seria fazê-los compreender o verdadeiro motivo da luta contra a entidade colonial. Amílcar Cabral que foi um dos responsáveis ou o arquiteto das estratégias desse confronto, demonstrou aos seus compatriotas que uma das formas de fazer uma resistência política, seria de certa forma unir as pessoas. Unir, criar, gradualmente, a consciência nacional, porém, as pessoas na altura não tinham essa consciência - criar um determinado número de pessoas, a consciência nacional e, ao mesmo tempo, passar a ideia da unidade nacional a esses dois povos (Amílcar, 1974 *apud* Carvalho, 2014, p. 26).

A questão da união dos guineenses para a luta de libertação do país era fundamental, mas como o atual território da Guiné-Bissau apresenta a diversidade étnica e, conseqüentemente, a linguística, não seria fácil para a compreensão de todos. Por isso, adotar o “crioulo” ou língua guineense para facilitar a comunicação entre os guineenses foi uma estratégia fundamental não só evitar o uso da língua portuguesa, mas foi um elemento crucial

de resistência a uma total aculturação europeia. Por essa razão, o “crioulo” /língua guineense é um dos símbolos, para não dizer o primeiro indicador da identidade do povo guineense uma vez que a criação de uma nação requer a criação de uma língua (Djaló, 2012 *apud* Carvalho, 2014, p. 55-56).

Pode-se considerar que a criação da língua guineense foi importante para a resistência face ao regime colonial, pois em termos estratégicos de luta armada foi um passo crucial para libertação do país neste processo de construção do Estado guineense. Além das línguas endógenas, a língua guineense é a língua franca do país, pois é através dela que os diferentes grupos sociais que compõe o território nacional se comunicam (Santiago Neto, 2021).

A formação do Estado guineense se deu em períodos diferentes, sendo assim, cada autor vai realizar o seu estudo a partir de um determinado período e num contexto que cabe a sua explicação. De acordo com a argumentação da Pereira (2016, p. 55): “a luta armada pela independência da Guiné-Bissau na década de 60 foi o marco oficial da unidade africana. A partir desse período, os dirigentes políticos revolucionários do PAIGC começaram a preparar a estrutura do futuro Estado da Guiné-Bissau”. Isto é, a autora destaca o confronto armado de 1963 contra a coroa portuguesa como o período inicial da formação do Estado da Guiné-Bissau. Para Ricardo Ossagô de Carvalho (2016), o Estado da Guiné-Bissau teve a sua origem a partir da criação do PAIGC e os demais acontecimentos. Segundo ele:

o nascimento do Estado na Guiné-Bissau se deu por meio de um processo revolucionário com a criação do PAIGC e por outros acontecimentos que marcaram o país após a independência em 1973; são eles: a democratização, a guerra civil denominada de conflito militar de junho de 1998 e as rupturas que se seguiram até o momento da última eleição em 2014, o que, de certa forma, impactou diretamente na construção, formulação e afirmação da sua política externa (Carvalho, 2016, p. 23).

Alguns autores como Namona (2014, p. 88-89), apresenta a sua argumentação afirmando que em “24 de setembro de 1973 foi marcado como a data de nascimento do Estado da Guiné-Bissau, com a proclamação da sua independência em Madina de Boé, no leste do país” - mas o Portugal só veio a reconhecer a soberania do país apenas em 10 de setembro de 1974 - nessa ocasião, os revolucionários ao entrarem na cidade de Bissau, estabeleceram regra que determina quem deveria ocupar os cargos no aparelho estatal. Para o autor, a regra estabelecida era bastante clara: só competia o cargo no governo aquele que tivesse participado da luta armada. Desse modo, os cargos governamentais foram atribuídos às classes dirigentes do partido e por algumas pessoas influentes na luta.

Conforme foi referido anteriormente, cada autor indica o seu marco temporal para seguir com a sua pesquisa. Por exemplo, o Carvalho (2014, p. 46) menciona num dos seus argumentos a construção do Estado pós-independência demonstrando que este processo não se iniciou pós independência, mas sim, ao longo da luta armada, isto é, durante o período colonial. Segundo Carvalho, a construção do Estado pós-colonial da Guiné-Bissau se deu muito antes da independência. Ela afirmou que este processo começou a partir da composição das estruturas e instituições que pudessem dar prosseguimento mesmo que sejam reestruturadas ao que foi formado no período da administração colonial. Para ela, a luta de libertação foi determinante para a construção do Estado que hoje designamos de Guiné-Bissau – e a luta encerrou todos e quaisquer problemas até hoje dados como consequência do colonialismo.

3.4 ETAPAS DA FORMAÇÃO DO ESTADO GUINEENSE

Após a conquista da independência do país, foi posto de lado aquilo que era, até então, o objetivo maior proposto pelo PAIGC antes do início da luta de libertação nacional. Houve vários golpes de Estado que está na raiz da instabilidade política no território nacional travando, assim, o objetivo que o programa do partido almejava cumprir. Depois de alguns anos da independência, a Guiné-Bissau entrou numa profunda instabilidade política até os dias atuais. Portanto, essa missão era da inteira responsabilidade da maior força política do país, o PAIGC, que era considerado como a única força legítima para conduzir a sociedade guineense e caboverdiana. A esse partido, era confiado a elaboração do projeto do desenvolvimento de dois países irmãos que juntos conseguiram realizar o primeiro objetivo que é a conquista da independência total das duas nações.

Após a vitória do PAIGC frente ao governo colonial portuguesa, os dois países seguiram juntos na busca de uma fórmula para o desenvolvimento dos dois territórios libertados da opressão colonial. Mas, durante a caminhada houve uma separação inesperada, ou seja, não se imaginava que o projeto binacional viria terminar por meio de um golpe. Tudo indica que uma das causas do golpe de Estado de 80 tem a ver com os erros cometidos pelo PAIGC no projeto da unidade, a formação colonial e suas influências sociais, a existência de opositores guineenses externos ao partido, que faziam pressão à unidade, distribuição irregular das patentes nas forças armadas - o Helder Proença também apontou as condições políticas (havia ala entre os guineenses e os cabo verdianos), a revisão da Constituição da República de um lado, e, por outro, havia uma contradição no que diz respeito a abolição da

pena de morte. De acordo com o Helder, Cabo Verde defendia a abolição da pena de morte, ao passo que a Guiné-Bissau os líderes se posicionaram ao contrário do país irmão - o golpe foi atribuído a vários fatores que o causaram, porém, havia em certa medida uma hegemonia caboverdiana em certos níveis da administração pública e, essa situação causou um incômodo que culminou com o golpe Estado (Semedo, 2021, p, 60-61).

Nota-se que essa contradição entre os dois povos consistia na luta por lugar de tomada de decisões políticas, isto é, os lugares mais importantes foram ocupados pelos caboverdianos enquanto que os guineenses eram colocados nos cargos menos importantes e não só, existem outros condicionantes do golpe de 80 como apontou Nóbrega. Esse autor indicou três pontos importantes que diferenciam as duas constituições:

- Na Guiné-Bissau era permitido ao cargo do presidente da República aos cidadãos guineenses, caboverdianos e descendentes, ao passo que em Cabo Verde este era exclusivamente para os cabo verdianos;
- As decisões eram concentradas nas mãos do presidente da República como consta nos artigos 70 n. 03 e 75 da nova constituição;
- A pena de morte era legal na Guiné-Bissau ao passo que em Cabo Verde foi considerada uma carta fora de baralho (Nóbrega *apud* Semedo, 2021, p. 61).

Analisando bem esses pontos, principalmente o ponto dois da abordagem do Semedo, vamos perceber que a situação estava favorável aos cidadãos caboverdianos por que na altura, o presidente da República da Guiné-Bissau era o Luís Cabral (cabo verdiano) o meio irmão do Amílcar Cabral. Com isso, se compreende que após a luta de libertação os guineenses passaram a cumprir as ordens caboverdianas.

Uma outra razão que justifica o golpe de 80 foi argumentado por um dos combatentes da luta de libertação nacional, Nino Vieira. Conforme Semedo (2021, p. 62-3) Nino justifica o ocorrido apontando que o grupo reagiu com o golpe porque:

Estamos pela unidade, mas na igualdade, na justiça, e não pelo domínio de uns sobre os outros. Cada um deve governar a sua terra e só os dois devem decidir livremente sobre a unidade”. Nós entendemos que, enquanto houver caboverdianos no governo da Guiné-Bissau, também deve haver guineenses no governo de Cabo Verde, e não só de um lado. Só assim, é que de facto somos irmãos e queremos a unidade. Fazemos a luta armada com muitos camaradas cabo-verdianos e alguns hoje ascenderam a altos postos de hierarquia militar e outros são comissários. Isso é a prova do nosso desejo de unidade. Nós exigimos somente a igualdade de direitos.

A partir do exposto, se compreende que os dirigentes guineenses estavam numa situação marginal, isto é, as posições que estes homens e mulheres dirigentes do país

ocupavam eram inferiores à correlação aos irmãos de Cabo Verde. Lembrando que a luta armada para independência foi dominada majoritariamente pelos homens guineenses. Portanto, em causa, estava a distribuição desigual dos cargos políticos que tinha como critérios o nível da escolaridade.

Uma outra fase que marcou a construção do estado guineense foi o conflito civil de 1998-99 (7 de junho). Depois da crise da década 80, a situação foi controlada e o país voltou ao normal, o poder foi entregue aos dirigentes guineenses do partido libertador, a única força política legítima na altura para conduzir os assuntos político, econômico e social da nação, o PAIGC. Com isso, o país retomou o seu procedimento de busca de mecanismos para o desenvolvimento nacional. Entretanto, durante o II congresso extraordinário do PAIGC, em 1991, o então presidente Nino Vieira no seu discurso, anunciou o começo da democratização do país dando, assim, a abertura ao multipartidarismo. Nessa ocasião, foi alterada a Constituição da República permitindo a liberdade de expressão, associação, reunião e de imprensa (Sangreman, 2006, p. 14).

Após abertura democrática que culminou com as eleições gerais legislativas e presidenciais vencidas pelo o PAIGC e o João Bernardo Vieira, candidato suportado pelo o partido, o país se adentrou de novo numa crise interna agravada pelo o conflito civil conhecido como 7 de junho. O motivo desse conflito foi atribuído a múltiplas condicionantes, ou seja, a guerra civil teve várias influências.

Alguns autores como Sangreman (2006, p, 15) aponta que o conflito teve influência externa. Segundo ele, um dos aspectos dessa influência externa se deve à rivalidade entre Portugal e a França. Lembrando que a França foi o país colonizador dos dois países como Senegal e Guiné-Conacri que compartilham os limites fronteiriços com a Guiné-Bissau, colônia portuguesa ao Norte e Sul respectivamente.

Tudo começou quando o Nino Vieira exonerou o Ansumane Mané, o Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas. Este foi acusado como o facilitador do tráfico das armas para os rebeldes separatistas de Casamansa, Senegal. O Mané não apenas desmentiu tal acusação como também considerou inaceitável a forma como foi demitido do seu posto. Nessa conjuntura, criou um grupo denominado de Junta Militar para fazer face ao presidente Vieira dando início à guerra civil. Neste conflito, o presidente teve apoio do Senegal e da Guiné Conacri (Mendes, 2008, p. 23).

A instabilidade política na Guiné-Bissau proporcionadas pelos golpes de Estado parecia uma rotina. Desde o primeiro golpe de 80, o país entrou numa situação de instabilidade política, ou seja, podemos considerar a década de 80 como o período que deu

início a uma longa instabilidade política. E isso tem impactado a evolução da política guineense quer a nível interno como externo.

Por fim, destacamos aquele que foi um dos melhores momentos da democracia guineense, 2014. Desde da conquista da independência nacional da Guiné-Bissau, o país nunca teve momentos tão importantes no processo do desenvolvimento, ou seja, em todos períodos de pós golpe o país nunca viveu momentos extraordinários como em 2014. podemos considerar este período como o renascimento de uma nova Guiné-Bissau, o povo estava cheio de tanta esperança. O ano de 2014 foi marcado por um ambiente de alegria e muitas promessas. Após um período de alta tensão política protagonizado pelo golpe militar de 2012 no país, o governo de transição realizou as eleições gerais tendo como vencedores o PAIGC e José Mário Vaz. O primeiro foi vencedor das eleições legislativas, enquanto que o segundo foi eleito como o presidente da República da Guiné-Bissau. Segundo informações avançadas pela RFI¹⁰ Domingos Simões Pereira, foi indicado do PAIGC para liderar o governo através de processo de votação no VIII congresso deste partido que foi realizado no norte do país na região de Cacheu. Este obteve 60,6% de votos, deixando para trás o seu principal adversário Braima Camará com 37,3%. Após ser eleito como presidente do partido, DSP (Domingos Simões Pereira) abordou a situação dos políticos do PAIGC que se encontravam fora do país devido a perseguição política no quadro do golpe 2012 defendendo assim o regresso destes como também apontou o restabelecimento da união no interior do partido como prioridade.

Depois da tomada de posse de novos dirigentes do Estado guineense conforme DW¹¹, o governo participou num encontro em Bruxelas, “Mesa Redonda”. Neste encontro, o governo enfrentou líderes de diferentes Estados com intuito de mobilizar junto dos parceiros ajudas financeiras para a sua estratégia de desenvolvimento nacional. Com uma meta ambiciosa, o governo guineense deixou Bruxelas de cabeça erguida, porém, o objetivo era sair com mais 427 milhões de euros para pôr em prática a sua estratégia de desenvolvimento durante 10 anos. O ambicioso governo foi surpreendido em Bruxelas, durante desenvolvimento do evento, houve grandes revelações por parte dos parceiros financeiros que pretendem apoiar o governo no seu plano de desenvolvimento, a União Europeia deixou promessa de 160 milhões de euros, Portugal por sua vez prometeu 40 milhões de euros. De acordo a nota publicada na página de DW, o governo guineense saiu de Bruxelas com mais de mil milhões de euros para sustentar a governabilidade e reestabelecer a estabilidade e

¹⁰ Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/africa/20140210-nova-lideranca-para-o-principal-partido-da-guine-bissau> acesso em 19 de setembro de 2022.

¹¹ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mais-de-mil-milh%C3%B5es-de-euros-para-a-guin%C3%A9-bissau-na-mesa-redonda-de-bruxelas/a-18341843> acesso em 19 de setembro de 2022.

segurança para o seu povo. Com a reforma do sector da defesa e segurança como prioridade do governo, o Primeiro-Ministro na altura DSP, afirmou que o compromisso assumido pelos parceiros do país foi mais significativo do que os valores revelados. Ele foi além, demonstrando que entre as prioridades no processo de estabilidade e paz interna estava a reforma das Forças Armadas. O ex-presidente José Mário Vaz (JOMAV), deixou as suas promessas garantindo que o país queria deixar de ser um fardo para a comunidade internacional. O Jomav apontou também a necessidade dos parceiros financeiros continuassem apoiar a Guiné-Bissau devido os desequilíbrios do país e a economia frágil e vulnerável.

Com o novo governo democraticamente eleito conforme apurou DW¹², a Guiné-Bissau retomou o seu relacionamento normal com a Comissão Europeia. Portanto, num encontro entre o Primeiro-Ministro guineense e o responsável máximo da UE (União Europeia), foi deixada de lado as restrições que existiam entre as duas entidades. Nesta visita de cortesia, Durão Barroso apontou algumas áreas que os financiamentos da UE deveriam ser aplicados. Para ele, os 20 milhões de euros deveriam ser aplicados em necessidades urgentes e no fornecimento de serviços básicos à população e os 34 para desenvolvimento rural, segurança alimentar e apoio à sociedade civil. O alto funcionário dessa instituição abordou também a questão da parceria da pesca com o país, prometendo 9,2 milhões de euros para este setor.

Por outro lado, foram retomados os voos de Bissau e Lisboa de companhias privadas portuguesas Air Atlântico e TAP que foram canceladas desde 2012 devido à falta de segurança e de controlo no Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira, a retomada de algumas obras públicas, etc. (Sangreman *et al.*, 2016, p,14). O governo parecia estar perto de realizar o sonho de Amílcar Cabral, ou seja, o país estava prestes a seguir com o “objetivo maior” que durante a luta de libertação Cabral junto com o PAIGC havia previstos no programa do partido, isto é, “o desenvolvimento do país”.

Ora, foi difícil acreditar que após um ano da governação a situação política dos principais órgãos da soberania entrou numa fase que nenhum dos lados havia imaginado. Através dos órgãos de comunicação do país, circulavam as notícias de possível desentendimento entre o Presidente da República e o Primeiro-Ministro. Infelizmente a esperança do povo guineense caiu por terra em 12 de agosto de 2015, período em que foi demitido o esperançoso governo que de certa forma almejava tirar o país naquela fase ruim. O

¹² Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-e-uni%C3%A3o-europeia-normalizam-as-rela%C3%A7%C3%B5es/a-17790732> acesso em 19 de setembro de 2022.

presidente Jomav afirma que houve corrupção, a prática do nepotismo e a falta de confiança no elenco do governo liderado pelo engenheiro Domingos Simões Pereira (Sacreman, 2016, p, 15).

Com o impasse político que o país viveu, foi agravada uma série de crises na administração pública, o impacto foi muito grande para um país que acabou de conquistar a opinião pública internacional através de programa “Terra Ranka” apresentado na mesa redonda. Podemos considerar a exoneração do DSP como um suicídio político de um governo que dobrou tanto esforço para garantir meios financeiros para o desenvolvimento da sua estratégia política durante a sua governação. Lembrando que este quase tinha apoio tanto a nível interno (povo) quanto a nível exterior (comunidade internacional e os parceiros financeiros). O governo prometia minimizar as condições da vida pública da população guineense, e mais uma vez a esperança de uma Guiné-Bissau melhor foi adiada por uma data imprevisível!

4 CAPÍTULO III: GUINÉ-BISSAU E O BANCO MUNDIAL

4.1 POLÍTICA EXTERNA

Esse capítulo aborda a política externa da Guiné-Bissau e a sua relação com o Banco Mundial. Para essa análise, usamos a obra de Egas Gomes Barbosa Katar 2020 "Às Relações Internacionais entre a Guiné-Bissau e a União Europeia: A Cooperação Político-Diplomática entre a Guiné-Bissau e a União Europeia", além de outros autores como M'bundé 2015, Carvalho 2016 como complementares neste tópico.

Os Estados se relacionam de forma planejada e organizada, conforme os seus interesses e propósitos. Esse processo de planejamento advém das estruturas e formas de desenvolver a política externa robusta e coesa. Para Manfred¹³ Wilhelm "a política externa é o conjunto de ações políticas, pelo qual cada Estado promove seus interesses perante os outros Estados".

Entretanto, a formação da política externa de qualquer Estado deve ser compreendida em dois fatores. De acordo com Putnam (2010), as disputas políticas nos ambientes internacionais podem ser tidas como um jogo de dois níveis, em âmbito nacional e internacional. Sendo que o primeiro se aponta de que, dada a preocupação dos agentes domésticos com seus interesses, pressionam o governo a adotar políticas que os favoreçam. Com isso, os políticos através da busca do poder, constroem coalizões entre esses grupos. No que tange ao segundo fator, Putnam argumenta que os governos procuram potencializar as suas habilidades para responder às pressões domésticas. Para este autor, tanto o nível interno quanto externo dos jogos são importantes para os tomadores das decisões, porém, ambos países dos jogadores permanecem interdependentes e soberanos ao mesmo tempo (Putnam, 2010, p. 151).

Na perspectiva de Freire (2011, p. 287), "a política externa de qualquer país é condicionada pelo seu processo de tomada de decisão, assim como pela natureza do modelo político, a personalidade dos seus governantes, recursos disponíveis como também pela natureza do sistema internacional". Para Sauter (2017, p. 50) "a política externa de um país é constituída pelos interesses estratégicos de cada Estado para defender os assuntos dos interesses nacionais e alcançar os seus objetivos por intermédio das relações internacionais".

¹³ Disponível em: <https://blog.portaleducacao.com.br/politica-externa-o-que-e/> acesso em 20 de dezembro de 2022.

4.2 POLÍTICA EXTERNA DA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau é um dos países do continente africano que mais depende da ajuda externa. Sendo assim, a sua política externa tende a ser influenciada pelos seus parceiros devido ao nível de instabilidade política e econômica que abalaram o país desde o decorrer da década de 90, época em que aconteceu a guerra civil. Conforme M'bunde (2015), a Guiné-Bissau é um país cuja política externa é influenciada por disputas entre as instituições públicas, assim como pela falta de confiança entre o primeiro-ministro e o presidente da República. As crises políticas da Guiné-Bissau iniciaram logo depois do conflito de 1998-99 conhecido como 7 de junho. Desde então, tem sido verificada a constante instabilidade política, situação que contribuiu tanto no atraso do desenvolvimento do país. Neste sentido, o país nunca viu nenhum governo completar o mandato (Carvalho, 2016, p. 111).

A política externa da Guiné-Bissau é o resultado daquilo que está previsto dentro da constituição do país. Muito embora, há uma certa complexidade de compreender como se dá o processo decisório no exercício da política externa. A Guiné-Bissau é um país com sistema político semipresidencialista, sendo que o chefe de Estado é o Presidente da República, enquanto que o chefe de governo é o Primeiro Ministro. Ambos atores políticos do país exercem influência no processo da tomada de decisões. M'bundé (2016) evidencia que a Constituição da República através do seu artigo 97 define o Primeiro Ministro como o responsável máximo da condução e coordenação da política externa. Também é por meio da Constituição da República que o Primeiro Ministro é obrigado a informar ao Presidente da República o desenvolvimento da política externa. Ao Presidente da República, segundo o artigo 68, compete a ratificação dos tratados internacionais. Na verdade, se analisarmos com muita atenção a trajetória da política externa guineense vamos perceber que a inclinação do processo decisório da política externa do país diz respeito ao líder dominante. Segundo M'bundé (2016, p. 180):

As rupturas ou descontinuidades de orientações de política externa da Guiné-Bissau, decorrentes da troca/mudança de Presidente da República e das opções políticas e estratégicas de cada Presidente, assinalam que a disputa (largamente influenciada pelo contexto macropolítico interno) pela agência do processo decisório ente o Primeiro Ministro e o Presidente da República é geralmente ganha por este último (o que eventualmente contribui muito para mudanças na política). Por outro lado, revela-se que as mudanças na orientação de política externa são de governo e não de Estado e, conseqüentemente demonstra também, de alguma forma, que o país dispõe de um processo decisório do qual formula e executa a sua política externa.

Vale a pena destacar a importância da Assembleia Nacional Popular (ANP) no processo de tomada de decisões da política externa, a quem compete a aprovação de acordos firmados, ou seja, os acordos passam pela votação na ANP. O artigo 85 da Constituição define a ANP como o órgão responsável por “aprovar os tratados que envolvem a participação da Guiné-Bissau em organizações internacionais, os tratados de amizade, de paz, de defesa, de retificação de fronteiras e ainda quaisquer outros que Governo entenda submeter-lhe” (CR-GB, 1996 *apud* Indi, 2022, P. 19).

A política externa sendo uma forma que um Estado dirige as suas relações com os demais Estados, nos convém destacar a contribuição de Katar (2020, p. 33-4). Para ele, política externa “é uma política pública executada fora do território nacional de um estado, ou seja, é uma forma de política pública executada fora da esfera nacional, com a finalidade de atingir as metas e os objetivos determinados por um governo ou estado”. Nesse sentido, Katar (2020) argumenta que a política externa da Guiné-Bissau (PEGB) se encaixa nessa lógica. O autor afirma que a proclamação da independência nacional significou a sua aceitação como um país soberano por parte da comunidade internacional e ao mesmo tempo conquistando a sua personalidade jurídica internacional, condição esta que alterou seu status em relação aos parceiros. Desse modo, os seus delegados passaram a ser entendidos de outra forma, como representantes de pleno direito junto às organizações internacionais. Foi neste período, segundo o autor, que surgiu a política externa do país. Mas, é possível observar que a política externa da Guiné-Bissau não começou com a independência.

Katar (2020) com base na obra de Carvalho (2015), evidencia que a política externa da Guiné-Bissau remonta ao período colonial, ou seja, algumas ações político-diplomáticas foram frutos da luta de libertação nacional – fatores que até agora interferem na política externa do país – também seguiu o princípio de não alinhamento com intuito de não integrar nenhum dos blocos econômicos (capitalismo ou socialismo) liderados pelas duas grandes potências durante a Guerra Fria. De acordo com Cabral (1989) referenciado por Katar (2020), integrar o movimento dos não-alinhados presume a independência do pensamento e ação, foi nessa lógica que a política externa guineense tem priorizado desde sempre a sua relação com os países dos quais tem fronteira, dos países de língua portuguesa e dos demais países africanos, O pragmatismo é uma das estratégias da Guiné-Bissau para alcançar os seus propósitos no cenário internacional.

A Guiné-Bissau antes de conquistar a sua soberania nacional, já estabelecia contatos com alguns Estados na busca de apoios para a luta da independência. Na ocasião era aliados países como: Suécia, Noruega, Rússia, Dinamarca e quase todos os países da África em

especial a Guiné-Conacri que desde o início cedeu uma parte do seu território para alojamento dos homens guineenses.

Por exemplo, a União Soviética não somente forneceu armas para o PAIGC na luta de libertação nacional como também disponibilizou mísseis terra-ar. A Suécia e a União Soviética foram os maiores doadores do PAIGC durante a luta de libertação. Segundo Sellstrom, os suecos eram encarregados pela parte humanitária fornecendo ajuda civil, ao passo que os soviéticos comandavam a parte militar doando materiais bélicos ao partido (Sellstrom, 2008, p. 164).

O processo de inserção internacional dos Estados não se dá da mesma forma, principalmente para os pequenos Estados (Estados africanos na sua maioria). Há uma certa complexidade sobre o conceito de pequeno estado sendo que existem múltiplas formas de fazer uma abordagem explicativa: território pequeno, população, dependência econômica, capacidade militar, etc. O pequeno estado é tido como “aquele Estado cujo território é pequeno e em processo de construção, bem como de consolidação das instituições administrativas” - estes estados apresentam fragilidade dos governos a nível interno e instabilidade política (PEREIRA, 2020, P. 25). A Gâmbia e a Guiné-Bissau especificamente podem ser consideradas como exemplos destes pequenos Estados, com pequenos territórios, populações, fraca economia e outros tipos de recursos.

A inserção da Guiné-Bissau na arena internacional se deu nos meados da Guerra Fria, ou seja, esse processo culminou num período em que os eventos não favoreciam nenhum dos âmbitos, tanto nacional quanto internacional. Desse modo, o país tem privilegiado a cooperação internacional para o desenvolvimento como mecanismo para satisfazer as demandas internas – a cooperação conforme argumenta M'bunde (2018) foi um dos mecanismos cruciais para salvaguardar o estado guineense financeiramente. Neste sentido, a busca dos recursos financeiros para cobrir o Orçamento Geral do Estado. A dinâmica da inserção da Guiné-Bissau na arena internacional que possibilitou ao país por meio do multilateralismo e da cooperação internacional. Desse modo, o estado guineense deu o início a sua inserção nas organizações multilaterais (CEDEAO, CPLP, OUA, BM), com intuito de minimizar as necessidades internas da conjuntura estrutural (Katar, 2020, p. 38-9).

Katar destaca a importância do multilateralismo na política externa guineense, porém, a adesão do país a essa prática demonstra o equilíbrio na Política Externa da Guiné-Bissau, sobretudo, na busca das necessidades nacionais.

Ao longo dos tempos, a Guiné-Bissau tem mantido relações com vários organismos multilaterais e alguns países. Como podemos observar, a Guiné-Bissau ingressou na ONU¹⁴ em 17 setembro de 1974, logo depois de ter conquistado a sua soberania. É importante salientar que a Guiné-Bissau já teve ajuda da própria organização e das suas agências, fundos e dos programas. A Guiné-Bissau foi 138ª membros da ONU, também foi eleita como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU no período de 1996 a 1997.

A União Africana (UA¹⁵) foi criada em 2002 como resultado da substituição da antiga organização OUA (Organização da Unidade Africana) criada em 1963. A UA tem como propósito promover a integração entre os países do continente africano nos diversos aspectos – promoção da democracia, direitos humanos e desenvolvimento econômico na África com destaque ao aumento dos investimentos estrangeiros por meio do programa Nova Parceria para o Desenvolvimento da África. Alguns objetivos da UA: alcançar maior unidade, coesão e solidariedade entre os países e nações africanas; defender a soberania, integridade territorial e independência dos seus Estados-Membros; acelerar a integração política e socioeconômico do continente; promover e defender posições africanas comuns em problemas de interesses para o continente e a população; promover a paz, segurança e estabilidade no continente; promover desenvolvimento sustentável a níveis econômicos, sociais e culturais como também integração das economias africanas; promover e proteger os direitos humanos e dos povos de acordo com a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos povos e outros instrumentos de direitos humanos relevantes, etc. Atualmente a Organização está composta por 55 Estados Membros. A Guiné-Bissau integrou a organização anterior desde 1973, pouco mais de um mês após sua proclamação unilateral.

A Guiné-Bissau tem parceria com vários países, principalmente, com o ex-colonizador. Conforme Pereira (2020), mesmo sendo o país que colonizou a Guiné-Bissau, este Estado sempre foi e ainda é o mais importante nas relações bilaterais - a diplomacia guineense tem privilegiado a relação com a antiga metrópole. Essa relação tem como propósito garantir a sobrevivência, a estabilidade política governativa neste território a partir dos recursos exteriores. Por outro lado, essa relação se estabeleceu numa dinâmica do Norte para o Sul global.

É importante ressaltar que Portugal contribuiu na formação técnica de recursos humanos para a Guiné-Bissau depois da independência. De acordo com Pereira (2020), o

¹⁴ Disponível em: <https://guineabissau.un.org/pt/about/about-the-un> acesso em 02 de outubro de 2022.

¹⁵ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o_Africana acesso em 21 de novembro de 2022.

governo costuma recorrer a Portugal por apoio na formação dos quadros das Força Armadas e Segurança. Aranha (1994) aponta que entre os períodos de 1991 A 1992 no quadro de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) a Guiné-Bissau e os demais membros receberam 360 bolsas de estudos militares com intuito de capacitar os seus quadros de Defesa, especialmente, Oficiais, Sargentos e Cadetes (Fernandes, 2018, Aranha, 1994 *apud* Pereira, 2020, p. 58).

Em reportagem ao canal de televisão DW¹⁶ o governo participou num encontro em Bruxelas. Neste encontro, o governo pressionou líderes de diferentes Estados com intuito de mobilizar junto dos parceiros ajudas financeiras para a sua estratégia de desenvolvimento nacional. Com uma meta ambiciosa, o governo guineense deixou Bruxelas de cabeça erguida em 2015, porém, o objetivo era sair com mais 427 milhões de euros para pôr em prática a sua estratégia de desenvolvimento durante 10 anos. O governo da Guiné-Bissau no âmbito da Mesa Redonda conseguiu mobilizar fundos junto dos parceiros internacionais para o desenvolvimento do seu programa. A União Europeia com 160 milhões de euros, Portugal 40 milhões.

Uma outra relação bilateral mencionada pela autora foi com a França. A finalidade é manter as restrições de mercado e de extração dos recursos naturais de Sul para Norte. Também essa relação se deve ao poder atrativo que o país possui para atrair investidores internacionais para setores como turismo e petróleo - lembrando que essa ligação entre ambos países remonta desde a época da colonização. Lembrando que a Guiné-Bissau aderiu a União Económica Monetária da África Ocidental (zona Franco CFA) com apoio da França.

No caso do Brasil, este país começou os seus contatos com os Estados Africanos a partir da famosa Política Externa Independente (PEI) por volta do século XIX. Muito embora o Brasil já tivesse instalado um consulado na África do Sul no século XIX, as relações entre Brasil e África segundo Ribeiro (2010) eram tímidas por problemas nas fronteiras com a sua vizinhança, após o jugo colonial. Segundo Leite (2011), a PEI se traduzia na autonomia da sua política no cenário internacional e de defesa dos princípios de autodeterminação dos povos. Por um lado, essa posição consistia no protesto contra o colonialismo e emancipação dos povos oprimidos, como nações africanas colonizadas. Por outro lado, essa relação se traduziu numa estratégia de maior projeção internacional e universalização de suas relações

¹⁶ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mais-de-mil-milh%C3%B5es-de-euros-para-a-guin%C3%A9-bissau-na-mesa-redonda-de-bruxelas/a-18341843> acesso em 4 de janeiro de 2023.

na arena internacional, com especial ênfase, na cooperação Sul-Sul (Ribeiro, 2010 & Leite, 2011 *apud* M'bunde, 2015, P. 73-4).

Conforme argumenta M'bunde (2015), foi através dessa conjuntura histórica que o Brasil iniciou o seu contato com a Guiné-Bissau. O Brasil foi o primeiro a reconhecer a sua independência. Essa atitude deu início aos laços diplomáticos seguido pela assinatura de acordos mútuos de cooperação. O fortalecimento dessa relação vinculada a inserção econômica internacional consiste na CSS e, esse cenário se deveu à ascensão de Luiz Inácio da Silva à presidência da República do Brasil, fomentando maiores investimentos brasileiros na região.

Logo após o reconhecimento da soberania guineense, o Brasil instalou a sua embaixada em setembro do mesmo ano. Em agosto do ano seguinte, Victor Saúde Maria, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, - fez uma visita ao Brasil e foi recebido por Azeredo da Silveira, chanceler brasileiro. Em 1976, uma comitiva da Guiné-Bissau formada por ministros da Educação, Agricultura, Justiça e pelo mandatário do então presidente Luís Cabral José Araújo encontraram com o chefe de Estado brasileiro Ernesto Geisel em Brasília. Esta visita consistia num apelo do Estado da Guiné-Bissau ao Brasil por cooperação em diversas áreas com o intuito de minimizar os problemas sociais do estado guineense. Neste mesmo ano o Brasil enviou ao país africano uma missão conjunta brasileira constituída por representantes dos Ministérios de Agricultura, Comunicação, Educação e Cultura, e de Saúde. Com esta visita foram constatados os reais problemas do estado guineense. Estas visitas permitiram aos dois Estados assinarem o Acordo de Cooperação Técnica e Científica, em 1978, como forma de enfrentar os problemas do povo guineense (M'bunde, 2015, P. 93-4).

O setor educativo ainda é evidenciado nessa relação no âmbito da cooperação Sul-Sul entre os dois países devido a quantidade de estudantes guineense entrando no Brasil por ano tanto dos dois programas mencionados assim como do programa da integração dos países lusófonos que se traduz na UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira).

No que diz respeito à República Popular da China, este país asiático iniciou o seu contato com o continente africano nos meados das décadas 1950-60 apoiando os movimentos de independência através de instrumentos bélicos e militares. Essa relação ganhou novos contornos a partir da Conferência de Bandung expandindo a sua relação de amizade com algumas lideranças do continente como: Gana, Etiópia, Egito, Líbia, Libéria e Sudão. Por outro lado, “a política externa chinesa para o continente africano foi claramente orientada por

questões ideológicas e políticas, cujo o objetivo se constituía na luta contra o colonialismo e o imperialismo ocidental” (M´bunde, 2020 *apud* Infande, 2021, P. 15).

Em 1964, uma comitiva chinesa sob comando do primeiro-ministro Zhou Enlai realizou uma visita ao continente africano. A parceria entre China e África foi orientada por meio de acordo entre ambas as partes que consistia na criação das políticas de cooperação que se traduzem segundo as demandas do momento. Atualmente, a relação entre as duas partes tem como finalidade o desenvolvimento econômico. A China tem como objetivo ter acesso aos recursos minerais e ao mercado internacional para comercializar a sua mercadoria, tendo o continente africano como o destino adequado para as suas atividades – atualmente a China é o principal parceiro comercial da África. De acordo com o autor, a China se interessou pelo mercado internacional a partir da liderança de Deng Xiaoping na década 70. Na década de 80, desenvolveu uma política de modernização da industrialização que melhorou as condições de vida de milhões de pessoas por meio da economia robusta (INFANDE, 2021, P. 85-6). Os dois países iniciaram relações diplomáticas após a independência do país africano em 1974 sendo que essa relação foi interrompida na década 90 com aproximação diplomática entre Guiné-Bissau e Taiwan. Mas com o conflito civil de 7 de junho, o país rompeu essa relação marcando assim a retomada dos contatos com a China.

A República Popular da China e a República da Guiné-Bissau estabeleceram as relações diplomáticas em 15 de março de 1974. Em 26 de Maio de 1990, a Guiné-Bissau anunciou o estabelecimento das chamadas relações diplomáticas com Taiwan e, em 31 de maio do mesmo ano, a China pronunciou o cessar das relações diplomáticas com a Guiné-Bissau. Em 23 de Abril de 1998, a China e a Guiné-Bissau restabeleceram as relações diplomáticas (Embaixada da China na Guiné-Bissau, 2011 *apud* Infande, 2021, p. 102).

A China tem priorizado duas áreas na sua agenda bilateral. Os dois países têm aprofundado parcerias nas áreas de infraestrutura e obras, porque Guiné-Bissau necessita de apoio financeiro para sua administração. Dessa forma, se constata que a construção de infraestruturas para o desenvolvimento é o principal ponto da China no país. M´bunde (2020) trouxe como exemplo a década 80, período em que o governo chinês fez duas obras, o Hospital regional de Canchungo e o estádio nacional 24 de setembro. Este feito marcou um momento histórico da política externa chinesa para com a Guiné-Bissau.

China e Guiné-Bissau mantiveram relações bilaterais em diversas áreas. Além dessas duas obras feitas pela República Popular da China, outras infraestruturas e obras que este Estado fez na Guiné-Bissau foram os prédios da: Assembleia Nacional Popular, Edifícios residentes de Ex-combatentes, Escola de Amizade Sino-guineense, Instituto Nacional de

Saúde, Hospital Amizade Guineense (Hospital Militar) e outros tipos de obras. E entre outras áreas, a educação e saúde também foram áreas importantes. O setor da agricultura também foi destaque nessa relação bilateral, uma área fundamental para a economia guineense (M'bunde, 2020, p. 214-215).

4.3 RELAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU E O BANCO MUNDIAL

4.3.1 Presença do Banco Mundial na Guiné-Bissau

Como foi evidenciado no primeiro capítulo, o BM é uma instituição financeira internacional criada junto com o FMI em 1944, fruto de uma Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas realizada em Bretton Woods, Washington. É uma instituição multilateral com uma influência global no processo de desenvolvimento dos países. A instituição foi criada com o intuito de apoiar os países devastados da Guerra, principalmente os da Europa. Mas, com o tempo, o Banco expandiu seus financiamentos com a inclusão dos países em desenvolvimento.

O BM como autor político que luta contra a pobreza, conforme Frati (2019) deu a maior atenção ao setor educacional através da priorização do ensino básico (primário) como um mecanismo crucial diminuindo os empréstimos para educação secundária, também tem focado o seu papel na assistência técnica. O BM deu mais engajamento na educação por meio da Conferência Mundial pela Educação para Todos, que aconteceu na Tailândia, em 1990, definindo como prioridade educação básica e a educação de primeiro grau como o objetivo principal da educação básica.

O BM segundo Torres (2003), assumiu um papel muito importante e se tornou a principal agência de assistência técnica no setor educativo dando como prioridade a construções escolares e a educação do segundo grau. Anos depois se dedicou na luta pela a redução da pobreza por meio de priorização de escola de primeiro grau como base do seu plano e a redução dos empréstimos em detrimento da educação secundária. Nesse sentido, tornou-se responsável pela apresentação das propostas educativas para os ditos Estados. O Banco apresenta um conjunto de condicionalidade para melhoria de acesso, a equidade e a qualidade dos sistemas escolares. De modo geral, o Banco coloca em xeque vários aspectos ligados à educação (Torres, 2003 *apud* Frati, 2019, p. 5).

Ainda nessa lógica de conter a pobreza através da educação, o BM incentiva os Estados a investirem os seus recursos na educação básica como um mecanismo crucial para o

desenvolvimento sustentável assim como de longo prazo para redução da pobreza. É possível compreender que o conceito da educação básica do BM se difere daquele da visão da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, esta abrangendo crianças, jovens e adultos, indo além da educação escolar como ser capaz de satisfazer as necessidades básicas de cada aprendiz. De acordo com a visão do BM:

A educação básica proporciona o conhecimento, as habilidades e as atitudes essenciais para funcionar de maneira efetiva na sociedade sendo, portanto, uma prioridade em todo lugar. Esses atributos incluem um nível básico de competência em áreas gerais tais como as habilidades verbais, computacionais, comunicacionais, e a resolução de problemas. Essas competências podem ser aplicadas a uma grande variedade de empregos e permitir às pessoas adquirir habilidades e conhecimentos específicos orientados para o trabalho, quando estiverem no local de trabalho. Em geral, esse nível básico inclui cerca de oito anos de escolaridade. De fato, em muitos países, o primeiro ciclo da educação secundária está sendo combinado com a educação de primeiro grau para conformar uma etapa de educação obrigatória conhecida como "educação básica" (Banco Mundial, 1995 *apud* Frati, 2019, p. 5).

Lembrando que na Conferência Mundial de Educação Para Todos realizada em na Tailândia, em 1990, os atores participantes decidiram que até 2000 a educação seria de modo geral universal, ou seja, a sociedade mundial teria acesso à educação num período de dez anos com a prioridade a educação básica. O argumento central dessa decisão demonstra que “este nível seria satisfatório às necessidades básicas de aprendizagem” (Rabelo, 2009, p. 6).

Conforme Soares (2003), mudanças do BM foram marcadas pelas mudanças, sobretudo o seu plano de intervenção, prioridades de recursos e países. Sendo que “é o maior captador internacional e principal financiador dos projetos, até 1994, 250 bilhões de dólares de empréstimos envolvendo 3.660 projetos”. (Soares, 2003 *apud* Djaló, 2009, p. 92).

Todo esse processo histórico de transformações do BM segundo Leher (1988) começou com a liderança do então presidente McNamara. De acordo com o autor:

Em 1968, Robert S. McNamara assumiu a presidência do Banco. Diferentemente daqueles que o precederam, McNamara não tinha mentalidade de um banqueiro, mas de um estrategista internacional que pretendia conseguir com a “persuasão” o que não conseguira pela guerra: manejar reivindicação dos países em desenvolvimento para controlá-los, em um período de crise mundial do capitalismo e de hegemonia dos EUA (Leher, 1988 *apud* Djaló, 2009, p. 92).

Na década de 1980, segundo Djaló (2009), o mundo foi abalado pela crise da dívida externa dos países em desenvolvimento. Nesse cenário, o Banco Mundial como uma instituição financeira para conter a crise procurou uma estratégia de restabelecer as economias dos Estados em desenvolvimento. Para tanto, era necessário aderir aos programas de ajuste

estrutural como uma das condições para obtenção do capital. O Banco passou a assumir a responsabilidade de assegurar o pagamento da dívida externa dos Estados endividados. De acordo como Luís (2005 *apud* Djaló, 2009, 93):

O Banco Mundial participa na restauração, abrindo as economias dos países em desenvolvimento, adequando-as às exigências da globalização. Impõe uma série de condições para concessão de empréstimos, interferindo deste modo diretamente na formulação de políticas internas e legislação em geral dos países chamados periféricos.

Conforme argumenta Djaló (2009), foi nesse contexto que surgiram os contatos entre o Banco Mundial e a República da Guiné-Bissau a partir de 1985 quando este país se juntou à instituição e ao FMI. Nesta década, segundo o autor, quase todas as nações africanas integraram Programas de Ajustamento Estrutural iniciados pelos dois organismos de Bretton Woods. O Banco Mundial começou a auxiliar a reconstrução da economia guineense a partir de 1986.

É muito importante lembrar que ao longo do processo de libertação nacional da Guiné-Bissau a educação era tida como um dos principais pilares para construção do Estado guineense. A educação desde sempre foi um dos mecanismos fundamentais para o desenvolvimento da Guiné-Bissau. Lembrando que anteriormente, o modelo educacional que se verificava na antiga colônia era através da transmissão oral, ou seja, a oralidade era a base de transmissão do conhecimento. Esse tipo de educação permitia para o aprendiz conectasse a realidade social do país (Ca, 2000, p. 4).

A sociedade veio a conhecer um outro modelo de educação a partir da chegada dos portugueses. Nesse sentido, a forma habitual de transmitir o conhecimento foi negada e foi introduzida um modelo que contradiz a realidade da sociedade guineense. Siga (2020) afirma que o modelo montado foi uma tentativa de lavagem cerebral, por que o que se aprendia não ia de acordo a realidade.

Após independência, o país precisava de novas políticas educacionais para o desenvolvimento da sociedade, nesse sentido, era necessário substituir o modelo colonial que havia plantado. De acordo com Ca (1999) havia no país três funcionalidades de políticas educacionais que precisavam ser substituídas: 1) transformação do modelo colonial; 2) unir a educação com o trabalho e; 3) combate ao analfabetismo.

O Banco Mundial auxiliou o Estado da Guiné-Bissau no setor educativo na década 90, através do projeto “Firkidja” criado em 1997. O projeto tinha a missão de melhorar a qualidade do ensino básico guineense com a duração de quatro anos, de 1997 a 2001 com a

possibilidade de renovação. Infelizmente, os trabalhos não foram efetivados por causa do conflito civil de 1998. Após o término do conflito, as ações do projeto foram retomadas em 2000 e prorrogadas até 2003. Conforme Djalo (2009), o projeto ficou paralisado. De acordo com o mesmo autor, o projeto se encontra estruturado em três componentes, ambos com subcomponentes. Conforme destaca Djalo (2009, 96-97):

Componente 1. Ampliação gradual da cobertura do ensino básico, removendo os obstáculos ao acesso à educação e ao sucesso dos alunos;
 o Sub-componente 1.1. Infra-estrutura e mobiliário escolar;
 o Sub-componente 1.2. Reforço do sistema de planejamento e gestão;
 Componente 2. Qualidade e melhoramento dos recursos do sistema educativo bem como das condições de salas de aulas;
 Subcomponente 2.1. Manuais escolares (livros didáticos);
 Sub-componente 2.2. Serviços e capacitação de professores;
 Componente 3. Melhoria da gestão dos recursos humanos, financeiros e administrativos da educação básica;
 o Subcomponente 3.1. Estudos preparatórios em perspectivas;
 Subcomponente 3.2. Coordenação do projeto.

De acordo com Djalo (2009, p. 98), o projeto tinha como objetivos o melhoramento do ensino básico. Após avaliação feita por equipe do BM responsável pelo projeto, foram propostas algumas recomendações. Entre as recomendações dadas pelo Banco: reprogramação financeira; revisão da inclusão do acordo de crédito; criação do comitê gestor do projeto; manual de parceria e; plano de aquisição de bens e serviços. Contudo, a efetivação dos objetivos passou por muitas dificuldades devido às fragilidades de ambas partes, tanto do Banco Mundial quanto do Estado da Guiné-Bissau (instabilidade política). Nesse sentido, a tentativa de cumprir o compromisso assumido com o BM em ampliar a taxa de escolarização da população no ensino básico, objetivando promover o acesso ao ensino básico e obrigatório em todos centros escolares do país (escolas), rendeu um aumento de taxas de matrícula entre o ano letivo de 2001-2 em 87% de alunos matriculados (idem).

No ano de 2002 conforme Djalo (2009), o BM realizou 16 transferências no âmbito do projeto “Firkidja” no valor de 1.945.663,89 dólares que equivalem a 65% dos fundos financiados desde o início do projeto. Ao longo dos últimos 8 anos, o BM desembolsou uma quantia de 4.940.440,07 dólares (Djalo, 2009, p. 100).

Em 2013, o Banco Mundial como parceiro financeiro do país, também tem financiado o Estado guineense no pagamento de salários nos setores da educação e saúde. A instituição considera este gesto temporal como um mecanismo para diminuir a pressão do orçamento - mesmo assim, o cenário orçamentário do setor público tem sido comprometido por greves dos trabalhadores. Foi constatado que 20% da população rural que enfrentam a

insegurança alimentar em 2011 aumentou para os 40% em 2013. Nesse cenário, alguns parceiros financeiros entre os quais o Banco Mundial ajudara o país para combater a situação. FUMPI (Fundo para a Promoção da Industrialização dos Produtos Agrícolas) contribuiu com o aumento de 2% da pobreza absoluta e de 3% da pobreza extrema. Em 2014, a economia tendia a recuperar-se, porém, culminou com o regresso dos parceiros financeiros¹⁷ motivados pelo sucesso das eleições gerais deste ano. Neste período, o Banco aponta que todos os doadores estavam restabelecendo as suas relações com o país com o levantamento da suspensão imposta pela União Africana. Neste mesmo ano, o déficit orçamental do PIB estava estimado em 9% e seria financiado pelo Banco Mundial (através do pagamento dos salários dos professores e funcionários de saúde) e outros organismos multilaterais como a União Europeia, parceiros financeiros (Banco, 2015, p 8-9).

Recorda-se também que em 2015, durante as promessas dos parceiros internacionais deixadas no âmbito da “Mesa Redonda” em Bruxelas, o BM integrou a lista dos parceiros que se comprometeram a ajudar a Guiné-Bissau no processo de desenvolvimento com um valor de 250 milhões de dólares nos cinco anos seguintes (Ramos, 2017, P. 12-3).

O Banco Mundial (2015), considera tanto o crescimento econômico quanto a melhoria dos serviços públicos como pré-requisitos para conter a pobreza na Guiné-Bissau. Os serviços públicos básicos, nomeadamente, a saúde e a educação foram setores mencionados pela instituição como cruciais para proteger os pobres e o capital humano como instrumento para efetivar os objetivos do desenvolvimento econômico. O Banco destaca também o fortalecimento do sistema educacional como indispensável para o melhoramento do desempenho do país.

Entende-se que para uma educação de qualidade é necessário múltiplas condições entre as quais a formação dos professores. De acordo com Caetano (2021), o Banco Mundial através dos seus planos de ação no contexto de projeto “Firkidja”, constava no seu objetivo a formação de 1403 professores para o ensino básico elementar e 61 até o ano 2000. Mas, havia certa dificuldade em conseguir esse número com poucos centros de formação (dois centros). Então, foi efetivada uma formação contínua dos professores.

O Banco Mundial não é o único ator ou organismo multilateral que financia o setor educativo na Guiné-Bissau. Outras instituições desembolsam financiamentos para o país nesse setor.

¹⁷ EU, BM, etc.

No que tange ao setor educacional nomeadamente as questões curriculares na Guiné-Bissau, às organizações apresentam diferentes graus de envolvimento. Segundo Silva (2011) a UEMOA atua apenas no nível/contexto de decisão curricular político-administrativo, o BM, Unesco, Unicef e a Cooperação Portuguesa atuam nos três níveis/contextos de decisão curricular (ensino básico, secundário e superior), a Cooperação Portuguesa atua no setor da gestão e de realização e o BM, a Unesco e a Unicef no contexto político-administrativo. De acordo com o autor, estas organizações atuam em todos os níveis/contextos apontando como exemplo o ano letivo 2010/2011 no contexto da reforma educativa em curso básico foi financiada por Unesco, o Unicef e o BM, a Cooperação Portuguesa teve um papel importante na participação nos grupos de trabalho em diversas áreas (Silva, 2011, p. 48-9).

Como a situação do sistema educativo guineense é de deficiências em todos os setores, a sua política de formação dos professores/as está condicionada pelas recomendações, exigências e orientações dos organismos internacionais. Tudo evidencia o quanto esses organismos estão ganhando espaço no setor. Conforme Caetano (2021) os grandes financiadores nesse setor foram os que definem as regras de jogo nomeadamente o BM e a UNESCO, isto é, indicam o modelo de currículos de formação dos docentes. Isto porque a partir dos financiamentos tanto do Banco Mundial quanto da Unesco que se realizam as mudanças nas políticas educacionais do país e essa lógica impacta diretamente outros setores.

Sucuma (2022) ressalta também o impacto da dependência da Guiné-Bissau nas instituições financeiras. O autor argumenta que o Estado guineense, sendo um país que depende das verbas provenientes das instituições gêmeas de Bretton Woods (BM, FMI) impossibilitam o país de descumprir as indicações dadas por esses parceiros. Isso porque:

A integração das políticas do Banco Mundial com as do FMI – inclusive consolidada pela obrigatoriedade de que os países – membros do banco sejam também membros do FMI – já vem sendo problematizada por alguns atores da sociedade civil. No entanto, merece atenção um processo mais recente em curso: a aproximação de ambos os organismos à Organização Mundial do Comércio (OMC) (Silva, 2008 *apud* Sucuma, 2022, p. 138).

A UNESCO, ou Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, foi criada em novembro de 1945 e atua em diversas áreas como: educação, cultura, ciências naturais, ciências humanas e sociais. A educação é um dos principais setores da organização atuando na: educação e igualdade de gênero; educação para o desenvolvimento sustentável; educação para a saúde e bem-estar, educação para emergências, etc.

No caso da UEMOA, não sabemos da existência de um órgão específico para cuidar de assuntos educativos. Mas existe um projeto de apoio no setor educacional através de verbas disponibilizadas pela UEMOA. Projeto de Apoio ao Ensino Superior-PAES é um projeto criado no quadro da UEMOA para auxiliar o setor educativo dos países membros da instituição. No entanto, há uma certa dificuldade para que o país possa aproveitar desse projeto, a crise política que assolou o país foi um dos entraves das autoridades nacionais para se beneficiar dos financiamentos. De acordo com o depoimento obtido por Sucuma (2018, p. 146) através do pessoal da UEMOA:

A crise política atrapalhou muitos trabalhos que foram feitos nos governos de Carlos Gomes Junior e de Domingos Simões Pereira na área de ensino superior que não foram implementados por conta da instabilidade política. Não existe um fundo de Estado para investir no ensino superior. Mas no quadro da UEMOA foi enviado um projeto solicitando financiamento para investir no Ensino Superior Bissau-Guineense através do Projeto de Apoio ao Ensino Superior (PAES) criado pela UEMOA. Este fundo existe na UEMOA, todos os países membros da organização conseguem desenvolver projetos para conseguir financiamento que ajudam dar suporte aos seus sistemas de ensino superior, só a Guiné-Bissau que não consegue apresentar projetos capazes de conseguir financiamento de PAES junto a UEMOA (entrevista realizada pelo autor, em Bissau, no dia 13 de julho de 2016).

Com isso, se compreende que a solicitação desse financiamento¹⁸ justifica a fragilidade econômica agravada pelas instabilidades que a Guiné-Bissau vem enfrentando ao longo dos tempos. Por outro lado, as dificuldades para implementar alguns projetos educacionais e não só, são motivadas através da crise política que o país viveu e ainda tem vivo até os nossos dias. Lembrando que a Guiné-Bissau é membro da UEMOA-União Econômica e Monetário da África Ocidental. É uma organização econômica de integração africana.

No que se refere a CEDEAO¹⁹, ela é uma organização de integração regional criada em maio de 1975 por meio do tratado de Lagos, na Nigéria. Seu propósito é fomentar o desenvolvimento da região. A organização tem como objetivos: a integração econômica, o comércio e a cooperação política, e possui 15 países membros, incluindo a Guiné-Bissau. A CEDEAO e a Guiné-Bissau estão vinculados desde a criação da organização em 1975. Por outro lado, segundo Una (2020) a presença constante da CEDEAO na Guiné-Bissau foi marcada a partir do conflito de 1998, visando superar a crise causada pelo ciclo de instabilidade.

¹⁸ Um fundo criado pela organização para apoiar os estados membro no setor educativo. Para ter acesso ao fundo é necessário elaboração de um projeto.

¹⁹ Disponível em: <https://ecowas.int/about-ecowas/> acesso em 23 de outubro de 2022.

A CPLP²⁰ foi criada em 17 de julho de 1996 no Centro Cultural de Belém, Portugal. De acordo com o artigo 1º do seu Estatuto, esta Comunidade “é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros”. A Comunidade apresenta como objetivos gerais fixados no seu artigo 3º o seguinte:

- a) A concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fora internacional;
- b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
- c) A materialização de projetos do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

A Guiné-Bissau foi um dos membros fundadores da Comunidade, participando em todo o processo de sua criação desde a década 80 até sua oficialização.

Vale a pena destacar também a contribuição da Igreja Católica no desenvolvimento da Guiné-Bissau nomeadamente na área da educação. A Igreja Católica no setor educacional apresenta dois tipos de missões: no âmbito privado e autogestão. Em novembro de 1993, o Ministério da Educação firmou um acordo com a Diocese de Bissau, visando a continuidade em apoiar o governo e o povo na área do ensino - as escolas de autogestão foram escolas estatais que realizam as suas atividades em parceria com a comunidade local e as Dioceses de Bissau e de Bafatá. O objetivo é promover a educação e formação acadêmica das crianças, adolescentes e jovens com intuito de tornar a educação uma responsabilidade de todos. Por este motivo, as atividades são efetivadas com base na conscientização e de corresponsabilidade do Ministério da Educação Nacional, Diocese, comunidade escolar e corpo docente - Em 2002, as missões católicas desenvolveram 62 estabelecimentos de ensino, entre os quais 31 de âmbito privado e 31 de autogestão. Em 2004, o número de escolas privadas chegou a 42 estabelecimentos e as de autogestão cresceram de 31 para 32, tudo num local estratégico (Lopes, 2008, p. 55-56).

As dificuldades econômicas e as fragilidades institucionais acompanhadas pelas instabilidades políticas do país são reflexas a dependência do Estado da Guiné-Bissau a ajuda externa. Isto é, a Guiné-Bissau é um país que depende de apoio externo devido os fatores acima mencionados.

²⁰ Disponível em: https://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf acesso em 24 de outubro de 2022

4.3.2 Impactos da Presença do Banco Mundial na Guiné-Bissau

Dada as condições políticas enfrentadas na gestão do antigo regime de Luís Cabral e mais tarde agravadas com o golpe de estado de 1980 (Teixeira, 2017), se instalavam as instabilidades políticas que fizeram o país passar por severas transformações e mudanças socioeconômico. Nesse cenário, se fez necessário o país adotar princípios da democracia por meio da abertura democrática. Com a fragilidade econômica como vimos anteriormente a Guiné-Bissau foi obrigado a obedecer às pressões feitas pelas instituições de Bretton Woods, BM e FMI. Para o autor, as duas instituições não estavam preocupadas com o contexto econômico do país, mas sim para alcançar a sua estratégia liberal de abertura de mercado. O que se compreende aqui foi que os países endividados dos quais a Guiné-Bissau faz parte, foram obrigados pelas instituições de Bretton Woods para adotar o modelo de Estado e política que adequasse com as formas europeia de Estado.

Com a crise econômica dos anos de 1960 iniciada na América Latina, impactou as economias internas dos países credores e com a busca de uma resposta a situação dos países da economia médio acabaram por sofrer com as políticas do PAE. A Guiné-Bissau em 1995, a sua economia estava numa situação que necessitava da ajuda do BM e FMI. Em 1986, segundo Monteiro (1996), o BM apontou alguns problemas econômicos do país: excesso do consumo (privado e público); mínima produção agrícola; enormes défices no orçamento do Estado, e expansão monetária. Conforme o autor citado, os problemas do país eram dados como estrutural de modo que foi elaborado Programa de Ajustamento de médio e longo prazo. O objetivo era: aumentar a produção agrícola; reduzir o papel do Estado. Nesse contexto, as pressões das instituições segundo Teixeira (2017) eram necessárias para a transformação da Guiné-Bissau num novo mercado consumidor. O problema foi que as instituições não se preocupavam em fazer um mapeamento no sentido de estar a par dos reais problemas sociais e culturais para que possam compreender melhor o tipo de transformação era necessário ou não ao Estado guineense. Por outro lado, o autor argumentou que “um país jovem como Guiné-Bissau não necessitava de Estado a ponto de entrar tudo ao mercado” (Monteiro, 1996) *apud* Teixeira, 2017, p. 12-13).

Nesse cenário das políticas econômicas restritivas de acordo com Ki-Zerbo (2009) citado por Teixeira (2017), os países africanos recém independentes que pela primeira vez estavam tentando organizar as suas economias foram obrigados a contar com a interferência do BM e FMI, essa situação de certo modo, tira a esses países a capacidade de seguir com os próprios modelos econômicos e do mercado a exemplo dos demais.

Teixeira (2017) demonstra que a Guiné-Bissau foi obrigado a aderir a democracia pelos Programas de Ajustamento Estrutural – o autor argumenta que as tentativas feitas para organizar a sociedade guineense com intuito de seguir com a industrialização não surtiram efeitos por falta de estruturas. O país era jovem com falta de quadros para responder as necessidades demonstrando que ajustamento estrutural não permitiu que o país organizasse.

O estado guineense carece das condições para enfrentar o BM e FMI e disputar no mercado com os países desenvolvidos. Nesse sentido segundo Teixeira (2017) o modelo do desenvolvimento adotado no continente africano e em especial na Guiné-Bissau vem produzindo os pobres e desigualdade.

5 CONCLUSÃO

A partir das pesquisas realizadas se compreende que, as críticas feitas ao Banco Mundial fizeram que a instituição reformulasse as suas políticas para o desenvolvimento. A luta contra a pobreza foi uma das características marcantes das novas políticas adotadas.

O Banco Mundial teve vários presidentes entre os quais Robert McNamara. Foi um presidente que durante a sua liderança havia preocupado com a questão da pobreza e a injustiça social. Segundo Pereira (2010), ele via esses fenômenos como causadores da insegurança para os Estados Unidos. O ex-presidente McNamara deixou uma marca ao longo da sua liderança, foi com ele que se iniciou o Programa de Ajuste Estrutural nos finais dos anos 70.

O Banco Mundial junto com o Fundo Monetário Internacional tem vários pacotes de medidas de financiamento. Os mutuários, para ter acesso aos financiamentos, precisam se adequar às medidas estabelecidas por estas organizações, como condicionantes que os governos nacionais precisam seguir. Lembrando que o Banco Mundial apenas disponibiliza os seus financiamentos para os governos nacionais dos Estados membros.

As decisões mais importantes do Banco Mundial são tomadas por meio do peso econômico. Ou seja, o país com maior poder econômico (ações) dentro Banco tem mais peso em termo de voto na tomada de decisão. Nesse caso, os Estados Unidos constam como Estados com maiores ações no Banco. É de recordar que, entre os membros do Banco Mundial, cinco Estados contam com maiores ações e são eles que tomam as decisões mais importantes. Eis os Estados mais poderosos em termos econômicos: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido e França.

Apesar da importância do Banco Mundial no processo do desenvolvimento da sociedade mundial e de luta contra a pobreza, a instituição também foi alvo de críticas nas suas formas de atuação para o desenvolvimento. A atuação do Banco Mundial levantou várias críticas entre as quais os BRICS, um fórum constituído por cinco Estados (Brasil, Rússia, Índia, China e a África do Sul. De acordo com Batista Jr (2016) o surgimento do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) se deveu a incapacidades do Banco Mundial. Também foi constatado que a falta de atribuição de poder de decisão aos países em desenvolvimento foi um dos fatores da origem do NBD. Outro destaque sobre os críticos das ações do Banco Mundial foi o Relatório Meltzer. Meltzer, devido às ações desencadeadas pelo Banco, sugeriu reformas dentro das instituições de Bretton Woods e que sejam estabelecidas novas regras do jogo.

O surgimento de uma entidade política na sociedade humana era necessário para conter as futuras consequências entre os indivíduos. A formação do Estado significa que os indivíduos abririam mão das suas liberdades e os seus direitos para confiar a um único homem que garante a segurança de todos/as. O Contrato Social seria esse princípio de acordo entre os indivíduos que vão abdicar dessa liberdade em detrimento de um responsável para suas seguranças.

Como observado anteriormente. Uns apontaram a formação do PAIGC em 1956 como período inicial da formação do Estado guineense, outros afirmaram que o início de luta de libertação nacional foi o marco da formação do Estado da Guiné-Bissau e, por fim, declararam o nascimento do guineense a partir de 24 de setembro de 1973, a data em que os dirigentes do PAIGC declararam unilateralmente a independência da Guiné-Bissau.

A Guiné-Bissau, desde sua independência, enfrenta grandes dificuldades. A trajetória política da Guiné-Bissau é marcada por instabilidades políticas com frequentes golpes de Estados. O país teve momentos menos bons e momentos otimistas. Os maus períodos foram aqueles que culminaram em instabilidades políticas. Entre os momentos de estabilidade, destaca-se o período das eleições gerais de 2014. Foram eleitos dois homens do mesmo partido (JMV e DSP, Presidente da República e Chefe de Governo respectivamente). A Mesa Redonda foi um dos melhores feitos que os dirigentes guineenses conquistaram, houve promessas financeiras dos parceiros internacionais. Apesar de tudo esse sonho foi por terra com as novas instabilidades políticas.

A Guiné-Bissau, com uma economia fraca e instituições frágeis, necessita de ajuda externa. Essa dependência influencia a sua política na arena internacional. A falta de recursos econômicos para acompanhar o desenvolvimento do país mina as instituições da administração pública, entre as quais o setor educacional. As políticas educacionais da Guiné-Bissau são determinadas com base nas recomendações e condicionalidades das instituições financeiras internacionais, principalmente o Banco Mundial, porque ao financiar projetos educativos, o Banco indica o modelo a ser seguido. O BM é um dos parceiros multilaterais do país com certa influência no setor educativo junto com a Unesco.

É muito importante destacar os impactos da presença do BM na Guiné-Bissau. Apesar das contribuições no processo de desenvolvimento, a instituição tem atuado com as pressões. As pressões do BM mundial fizeram com que o país não conseguisse adotar o seu próprio modelo de desenvolvimento, o que o BM fez com a Guiné-Bissau e não só.

A pesquisa objetivava realizar um estudo de caso específico, mas devido à falta ou dificuldade de encontrar materiais para esta abordagem, foi necessário adaptar a dinâmica da

pesquisa. É bem provável que esta pesquisa tenha continuidade num futuro próximo onde iremos desenvolver um estudo específico sobre o tema em questão.

REFERÊNCIAS

- A Supremacia dos Estados Unidos no Banco Mundial. Disponível em: <https://cadtm.org/A-Supremacia-dos-Estados-Unidos-no-Banco-Mundial> acesso em 02 de janeiro de 2022.
- Banco Mundial. Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/banco-mundial/> acesso em 13 de janeiro de 2022.
- Banco Mundial. Disponível em: <https://www.preparaenem.com/geografia/banco-mundial.htm> acesso em 13 de janeiro de 2022.
- Banco Mundial. Terra Ranca: um novo começo. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/425691468276277003/pdf/582960PORTUGES0CEM0final010Feb150PT.pdf> 2015.
- BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. Brics-Novo Banco de Desenvolvimento. 2016.
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 250 ed. São Paulo. Malheiros, 2018.
- Brasil retorna ao conselho de Segurança da ONU. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/06/12/brasil-retorna-ao-conselho-de-seguranca-da-onu-entenda-o-que-isso-significa.ghtml> acesso em 02 de fevereiro de 2022.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Estado, sociedade civil e legitimidade democrática. **LUA NOVA: Revista de cultura e política**, 1995.
- CÁ, Lourenço Ocuni. A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1973). **ETD-Educação Temática Digital**, v. 2, n. 1, 2000
- CAMPOS, Bárto. Análise Institucional da Formação Inicial de Professores do Ensino Secundário da Guiné-Bissau. 2009.
- CARVALHO, Celisa dos Santos Pires de *et al.*. **Guiné-Bissau: a instabilidade como regra**. 2014. Dissertação de Mestrado.
- CARVALHO, Ricardo Ossagô de. **Política externa e Estado frágil na Guiné- Bissau: crises multidimensionais e o papel dos organismos internacionais** "CPLP & amp; CEDEAO"(1973-2014). 2016.
- DALLARI, Dalmode Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 30a ed., Saraiva, 2011.
- FRATI, Roberta Cristiane. A INTERVENÇÃO DO BANCO MUNDIAL NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS DESDOBRAMENTOS NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO. **Ensaio Pedagógico**, v. 3, n. 1, 2019.
- HARVEY, David. O neoliberalismo. **História e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.
- HERNÁNDEZ, José Gpe Vargas. Liberalismo, neoliberalismo, postneoliberalismo. **MAD**, n. 17, 2007.

IANNI, Octavio. Globalização e neoliberalismo. **São Paulo em perspectiva**, v. 12, n. 2, 1998.

INDI, Nicandro Oquete. Análise da política externa da Guiné-Bissau na CEDEAO (2012-2021). 2022.

INFANDE, Beto. A política externa da República Popular da China para a República da Guiné-Bissau: uma análise da cooperação para o desenvolvimento a partir de investimentos em infraestrutura, 2021.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às relações internacionais. **Rio de Janeiro: Jorge Zahar**, 2007.

KATAR, Egas Gomes Barbosa. **As Relações entre a Guiné-Bissau e a União Europeia: A Cooperação Político-Diplomática Entre a Guiné-Bissau e a União Europeia**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa (Portugal).

LOPES, Catarina. **Participação das populações locais no desenvolvimento da educação. Caso de estudo: escolas comunitárias da região de Bafatá, Guiné-bissau (2004-2006)**. 2008. Tese de Doutorado.

MAGALHÃES, Carlos Augusto Teixeira. **Formação do Estado, Cidadania e Identidade Nacional: comentários sobre a formação do Estado moderno e a construção da Europa. Enfoques**, v. 1, n. 1, 2002.

MARIANI, Edson João. A trajetória de implantação do neoliberalismo. **Revista Acadêmica Multidisciplinar**, v. 13, 2007.

M'BUNDE, Timóteo Saba. As políticas externas de cooperação para o desenvolvimento de Brasil e China na Guiné-Bissau: uma análise em perspectiva comparada. 2015.

M'BUNDE, Timóteo Saba. Efeitos políticos e institucionais da cooperação de Brasil, China e Portugal em Cabo Verde e Guiné-Bissau. 2020.

M'BUNDE, Timóteo Saba. Processo Decisório e Política Externa nos Pequenos Estados da Periferia: Cabo Verde e Guiné-Bissau| Decision-Making Process and Foreign Policy in Small Peripheral States: Cape Verde and Guinea-Bissau. **Mural Internacional**, v. 7, n. 2, 2016.

NAMONE, Dabana. **A luta pela independência na Guiné-Bissau e os caminhos do projeto educativo do PAIGC: etnicidade como problema na construção de uma identidade nacional**. 2014.

Neoliberalismo. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/neoliberalismo/> acesso em 22 de fevereiro de 2022.

PEREIRA, Fela Armando. **Inserção internacional de um pequeno Estado: análise sobre a capacidade estatal da Guiné-Bissau**. 2020.

PEREIRA, Fela Armando. **Processo de formação do estado em Guiné-Bissau (1974-2012): uma análise teórica à luz de Charles Tilly**. 2016.

PEREIRA, João Márcio Mendes. A atuação do Banco Mundial ameniza ou piora o impacto da pandemia global? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, 2020.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008). 2009.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial e a construção político-intelectual do "combate à pobreza". **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 11, 2010.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Poder, política e dinheiro: a trajetória do Banco Mundial entre 1980 e 2013. In: PRONKO, Marcela *et al.* (org.). **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)**. 2015.

PEREIRA, Rafael Antônio Anicio; MILAN, Marcelo. O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO E O NOVO BANCO DO BRICS: UMA ALTERNATIVA AO BANCO MUNDIAL? **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 51, 2018.

PUTNAM, Robert D. **Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis**. *Revista de Sociologia e política*, v. 18, n. 36, p. 151, 2010.

RABELO, Jackline; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes; JIMENEZ, Susana. Educação para todos e reprodução do capital. **Revista Trabalho Necessário**, v. 7, n. 9, 2009.

RAMOS, Hélder Mariano dos Reis Gomes. **O crescimento económico e o investimento público e privado na Guiné-Bissau no quadro da UEMOA**. 2017. Tese de Doutorado.

ROMMINGER, Alfredo Eric. O Grupo Banco Mundial: Origem, Funcionamento e a Influência do Desenvolvimento Sustentável em suas Políticas-10.5102/uri. v2i1. 242. **Universitas: Relações Internacionais**, v. 2, n. 1, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. 1996.

SANGREMAN, Carlos *et al.*. **A evolução política recente na Guiné-Bissau: as eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil**. 2006.

SANGREMAN, Carlos; PROENÇA, Fátima; MARTINS, Luís Vaz. **Guiné-Bissau: a evolução 2010-2016**. 2016 SAUTER, Betina. **Política Externa e interesse nacional: a parceria estratégica nas relações do sistema internacional**. **Revista de Análise Internacional**, v. 2, 2017.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SELLSTRÖM, Tor. **A Suécia e as lutas de libertação nacional em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau**. Nordiska Afrikainstitutet, 2008.

SEMEDO, Rui Jorge. **PAIGC a face do monopartidaríssimo na Guiné-Bissau (1974 a 1990)**. 2021.

SIGA, Fernando. Educação básica formal na Guiné-Bissau, acesso, Permanência, desafios e perspectivas: uma análise de Políticas educacionais Guineense de 1995 a 2015. 2020

SILVA, Rui Manuel Ferreira da. **Globalização e currículo: atores e processos: um estudo exploratório na Guiné-Bissau.** 2011. Tese de Doutorado.

SOUSA, Melissa Rejane Grangeiro de *et al.*. O Banco Mundial, o Banco do BRICS e a perspectiva de mudança à luz da governança econômica global. 2015.

SOUSA, Melissa Rejane Grangeiro de *et al.*. O Banco Mundial, o Banco do BRICS e a perspectiva de mudança à luz da governança econômica global. 2015.

SUCUMA, Arnaldo. **Breve histórico sobre a construção do estado da Guiné-Bissau.** **Cadernos de História UFPE**, v. 9, n. 9, 2017.